



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO**

**PERSPECTIVAS DE GÊNERO PARA A SEGURANÇA HUMANA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DE MULHERES SUL-AMERICANAS**

GABRIELA ROSIN SARTORI

Foz do Iguaçu
2017



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO**

**PERSPECTIVAS DE GÊNERO PARA A SEGURANÇA HUMANA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DE MULHERES SUL-AMERICANAS**

GABRIELA ROSIN SARTORI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientador: Prof. Dr. Ramon Blanco de Freitas

AGRADECIMENTOS

Aos professores da banca pela disposição e paciência para contribuir com a construção do meu trabalho e me incentivarem a seguir estudando e contribuindo para os Estudos de Segurança Internacional a partir de uma perspectiva de gênero.

Meus agradecimentos vêm em forma de poesia.

Eu sou capitã em alto mar.

À minha mãe por ser porto seguro, venha tempestade, venha sol. Por ser segurança de atracar e incentivo para velejar. Por ser firme, ser começo, fim. Ser volta.

A meu pai por ser farol, que me ilumina e me guia. Por ser caminho de saída e chegada. Por estar sempre me esperando mesmo na noite mais escura.

A meu irmão por ser marinheiro em mar tenebroso, em mar salgado. Por ser companheiro de viagem, sob o sol, sob a chuva, mas sempre, sobram os risos.

A meus queridos Guilherme e Pablo por serem barco. Serem o lar de todo dia. Serem impulso. Me levarem com brisa leve.

À Ananda por ser vela, inspiração e força que me leva sem parar mesmo quando o mar se agita.

As meninas, Lais, Helena e Letícia, por serem luar. Que brilham de longe e me acompanham com luz branda. Sempre referência. Sempre guia.

A meus amigos Monica e Gabriel, por serem âncora, para que não exista tremor sem trégua.

Sejamos nós, nós.

Obrigada.

SARTORI, Gabriela Rosin. **Perspectivas de gênero para a segurança humana**: uma análise a partir de mulheres sul-americanas. 2017. 79 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso Relações Internacionais e Integração - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

RESUMO

Este trabalho apresenta a Segurança Humana como viés de Segurança Internacional, com novas propostas sobre a quem ela deve servir de que forma, rompendo com vertentes tradicionais da área. Ressalta-se a importância de se desvincular o caráter universal dos indivíduos como categoria homogênea e romper com discursos de neutralidade, para poder pensar em grupos minoritários como sujeitos de segurança internacional, como é o caso das mulheres. Assim, este trabalho apresenta uma análise qualitativa de dados que é realizada à partir de três eixos - econômico, social e político - colocando em comparação o acesso a esses recursos por parte de homens e mulheres na América do Sul. Nesse sentido, entende-se o caráter internacional da opressão e desigualdade de gênero e a necessidade de se atentar, a partir da Segurança Humana, na necessidade de se inserir perspectivas femininas no debate sobre Segurança Internacional. Como considerações finais para este trabalho, entende-se que existe uma falha da Segurança Humana em cumprir demandas de gênero. Assim, entende-se gênero como uma categoria de análise que traz consigo uma relação de poder e dominação entre o masculino e o feminino. Dessa forma a análise revela a existência de um viés de gênero para a Segurança Humana, já que as mulheres têm menor acesso a recursos colocados como fundamentais para garantir uma vida digna, de acordo com a própria Segurança Humana.

Palavras-chave: Segurança Humana - Segurança Internacional - América do Sul - Feminismo - Gênero

SARTORI, Gabriela Rosin. **Gender perspectives for human security: an analysis from South American women.** 2017. 79 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso Relações Internacionais e Integração - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

ABSTRACT

The following paper presents Human Security as an side to International Security, with new proposals on who it should serve and how, breaking with traditional aspects of the area. It is important to detach the universal character of individuals as a homogeneous category and to break with discourses of neutrality, so that minority groups can be considered as subjects of international security, as it is the case with women. Thus, this work presents a qualitative data analysis that is carried out from three axes - economic, social and political - comparing the access to these resources by men and women in South America. In this sense, it is understood the international character of gender oppression and inequality and the need to take into account, the need to insert women's perspectives in the debate on International Security and based on Human Security. As final considerations for this work, it is understood that there is a failure of Human Security to comply with gender demands. Thus, gender is understood as a category of analysis that brings with it a relation of power and domination between the masculine and the feminine. In this way, the analysis reveals the existence of a gender bias for Human Security, since women have less access to resources placed as fundamental to guarantee a decent life, according to Human Security itself.

Key words: Human Security - International Security - South America - Gender - Feminism

LISTA DE TABELAS (OPCIONAL)

Tabela 1 – Acesso à Educação Secundária	52
Tabela 2 – Participação Laboral	53
Tabela 3 – Desempregados/as com Educação Secundária Completa	53

LISTA DE ABREVIACOES E TABELAS

ACNUDH	Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos
CELADE	Centro Latino Americano e Demografia
CEPAL	Comissão Econmica para a América Latina e Caribe
ESI	Estudos de Segurança Internacional
EUA	Estados Unidos
OECD	Organizao para a Cooperao e Desenvolvimento Econmico
OMS	Organizao Mundial da Saúde
ONG	Organizações não Governamentais
ONODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
ONU	Organizao das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
SH	Segurança Humana
SI	Sistema Internacional
UNDP	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNETE	Unión de Empresarios para la Tecnología en la Educación
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL.....	17
2.1 O SURGIMENTO DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL	18
2.2 NOVAS PERSPECTIVAS PARA OS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL	21
2.3 SEGURANÇA HUMANA	25
3 PERSPECTIVAS DE GÊNERO PARA A SEGURANÇA INTERNACIONAL	33
3.1 A INCLUSÃO DE ESTUDOS DE GÊNERO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	36
3.2 INTRODUÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE GÊNERO NA SEGURANÇA INTERNACIONAL.....	39
3.3 POLÍTICAS DE GÊNERO PARA A SEGURANÇA HUMANA.....	42
4 CAPÍTULO DE ANÁLISE	47
4.1 EIXO ECONÔMICO.....	51
4.2 EIXO SOCIAL.....	55
4.3 EIXO POLÍTICO.....	61
4.4 CONCLUSÃO DA ANÁLISE.....	64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS.....	70

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma análise de dados referentes a desigualdades de gênero vividas por mulheres sul-americanas no contexto da Segurança Humana. O recorte temporal dessa análise encontra-se no período entre os anos 2000 até 2015, de forma a demonstrar que o tema da desigualdade de gênero é atual no contexto sul americano, e recorrente no âmbito das Relações Internacionais. O aparato teórico discutido no decorrer deste trabalho abarca temas dos Estudos de Segurança Internacional, da Segurança Humana e também perspectivas de gênero para as Relações Internacionais. Ao passo que o aparato analítico se encontra no âmbito dos indivíduos da América do Sul, como sujeitos a serem protegidos pela Segurança Internacional.

Dessa forma, entende-se que os Estudos de Segurança Internacional (ESI) surgem como uma área das RIs a partir dos anos 1945, introduzidas no contexto de início da Guerra Fria. Durante esse período, os ESI apresentavam um viés que partia das vertentes realistas das Relações Internacionais (BOOTH E WHEELER, 2008, p.143). Isso porque remete a segurança centrada na manutenção da soberania e da integridade territorial dos Estados, a ser conquistada a partir do fortalecimento de capacidades militares para contrapor ataques e ameaças internacionais (BUZAN; HANSEN, 2012, p.02). Entende-se que os Estados se encontram num sistema internacional sem autoridade central, onde não existe mediação para as atitudes de um Estado contra outro, fazendo com que eles estejam em constante disputa por poder (WALTZ, 2004, p.45). Essa forma realista de se abordar a Segurança Internacional, sofre críticas a partir dos anos 70 quando outras perspectivas passam a integrar os ESI, como o caso das liberais, e também das teorias críticas, feministas e construtivistas e pós-modernas (OLIVEIRA, 2009, p.70).

A principal questão nos anos 70 é a redefinição de conceitos como paz, violência e ameaças de forma a distanciar a segurança do Estado de questões exclusivamente militares. Dessa forma, as ameaças para a segurança de um Estado passaram a ser compreendidas por questões não apenas internacionais, mas também, internas, demandando um trabalho de dois níveis por parte dos Estados (BUZAN; HANSEN, 2012, p.33). Outra mudança que ocorre nesse período é a perspectiva sobre as relações entre Estados, que antes eram vistos como competidores dentro do sistema internacional, e passam a ser entendidos como figuras

interdependentes (KEOHANE; NYE, 1977, p.168), de tal modo que suas atitudes em âmbito internacional acarretam em impactos nas configurações internas e internacionais de outros Estados. Nesse sentido, a construção da paz se apresenta conectada com a busca pela segurança internacional, pois a disputa de poder entre os Estados não conseguiria levar a um equilíbrio no sistema, mas a busca pela segurança deles e o fim dos confrontos, sim (BUZAN, 2008 p.26).

Contudo, final do período de Guerra Fria vem acompanhado de novas perspectivas sobre como alcançar a paz e a segurança internacional para que os Estados pudessem viver em harmonia dentro do sistema internacional. Nesse sentido, o processo de globalização permite que ideais neoliberais adentrem os Estados e incentivem a construção da paz e da segurança a partir de moldes liberais, pautados na liberdade dos indivíduos, nos Direitos Humanos e na interdependência econômica (RICHMOND, 2005, p.23). Esse cenário pós Guerra Fria revelou que ainda que a tensão internacional ocorresse entre duas potências, os reflexos foram sentidos ao redor do mundo, com processos de descolonização, conflitos internos e as crises econômicas e políticas.

Nesse sentido, a ONU toma frente na construção de um novo modelo de Segurança Internacional, lançado em 1994 num relatório anual do PNUD, chamada de Segurança Humana (BAJPAI, 2000, p.05). Esse modelo propõe que a Segurança Internacional deve ser pensada de forma a prevenir o escalonamento de conflitos internos, resultantes de disputas por recursos econômicos e políticos, garantindo uma vida digna e o bem-estar a todos os indivíduos (PNUD, 1994, p.3). Dessa forma, a Segurança Humana pretende se estabelecer a partir das experiências dos indivíduos, principalmente em países subdesenvolvidos, que podem estar relacionadas ao desemprego, fome e pobreza, violações de direitos humanos (TADJBAKHS; CHENOY, 2007, p.10).

Por isso, entende-se que existe um rompimento por parte da Segurança Humana com a forma como a Segurança Internacional estava sendo apresentada até então, pois ela relaciona diretamente a vida dos indivíduos com o comportamento dos Estados (BAJPAI, 2000, p.10). Coloca-se a partir desse conceito, que ao passo que os Estados conseguirem garantir vidas dignas aos indivíduos que os compõe, não haverá mais sentido a disputa por recursos ou territórios e a paz internacional será um resultado inevitável. A partir disso, a Segurança Humana apresenta dois pressupostos, libertar os indivíduos de

necessidades, como problemas sociais, políticos e econômicos e libertar os indivíduos de temores, como o conflito ou repressões étnicas, religiosas ou indenícias (PNUD, 1994, p. 24). Além disso, entende-se que o papel do Estado nesse sentido é atender da melhor forma a necessidade dos indivíduos, para garantir sua própria segurança.

Dessa forma, esse trabalho reconhece o avanço existente na área dos Estudos de Segurança Internacional proporcionado pela perspectiva trazida pela Segurança Humana, que coloca os indivíduos como sujeitos de Segurança Internacional, que podem agir para promovê-la e também recebem diretamente seus resultados. Mas, da mesma forma, esse trabalho apresenta a falha existente na Segurança Humana em promover uma abordagem que se pretende neutra, porém acaba atendendo apenas um grupo específico de indivíduos. Nesse sentido se inserem as críticas de gênero para a Segurança Humana, colocando que o olhar para os indivíduos como categoria homogênea, na verdade deixa de levar em conta necessidades e demandas de grupos específicos, como é o caso das mulheres (YOUNG, 2012, p.170).

Para entender essa crítica, primeiro é necessário entender gênero como uma categoria que tem em seu significado, não a dicotomia entre os sexos biológicos, mas toda a carga social que determina relações de poder, dominação e submissão entre o que é considerado masculino e feminino (SCOTT, 1986, p.02).

Coloca-se que as inserções de perspectivas de gênero no campo das Relações Internacionais afirmam a necessidade de uma crítica à história e à identidade da disciplina e de uma releitura dos pressupostos individualistas e estado-cêntricos da maior parte dos estudos existentes até então (HERZ, 2002, p.14). Entende-se que a política internacional demanda uma leitura a partir de questões de gênero pois tem sido conduzida por homens e tratado de temas referentes a masculinidade (TICKNER, 2002, p.2) e que as mulheres não têm espaço para construir e tomar decisões referentes a política internacional por causa de concepções socialmente construídas que excluem as mulheres do âmbito público (OKIN, 2008, p.306).

A visão das perspectivas feministas adentra o campo da segurança internacional, com a crítica de que as situações vividas internamente num Estado transformam sua essência e interferem diretamente na postura que este assume no meio internacional (MONTE, p.16, 2010). E por isso, quando um grupo de indivíduos vive internamente a

opressão de gênero, essa opressão é reproduzida e exportada (PETERSON,2015, p.36). Da mesma forma que se os indivíduos femininos presentes dentro de um Estados são ofuscados por um discurso de neutralidade (YOUNG, 2012, p.178), o mesmo acontece no contexto internacional.

Outra colocação que permite a introdução de perspectivas de gênero para o âmbito da Segurança Internacional, seria que o sistema internacional, onde se encontram os Estados, é hierarquizado por formas de poder caracterizadas por estereótipos masculinos como o poder, a coragem, a força e a independência (TICKNER, 2002, p.03). Além disso, a própria relação entre os Estados, de acordo com vertentes tradicionais, se baseia na disputa e pressupõe a hierarquização e a dominação. Isso faz com que os conflitos sejam sempre possíveis e com que os indivíduos sofram com isso, principalmente aqueles mais vulneráveis na hierarquia, como no caso das mulheres.

Para isso, entende-se o cenário sul americano como tela para se observar os resultados da opressão de gênero na construção social dos Estados e na Segurança Internacional. Percebendo o caráter transfronteiriço da opressão de gênero (ENLOE, 1989, p. 11), que se manifesta em toda região, comprovando a necessidade de se pensar a mas a partir da Segurança Humana com o caráter na consciência de gênero. Por isso, entende-se que a América do Sul é ambiente crucial para a aplicação desta análise, por apresentar países com diferentes realidades e que mesmo assim tem a opressão de gênero como recorrente, comprovando seu caráter internacional. Também, por apresentar cenários de instabilidade econômica e problemas sociais, que cabem a análise principalmente pela situação de crise que todos esses países enfrentam a partir dos anos 80 (VIZENTINI, 2004, p.3).

Feitas essas considerações, objetivo deste projeto, inserido na linha de pesquisa dos Estudos de Segurança Internacional. portanto, é demonstrar que existe uma necessidade de se inserir uma consciência de gênero nos estudos de Segurança Internacional, especificamente no âmbito da Segurança Humana. E aplicar questionamentos sobre a capacidade da Segurança Humana de se aplicar de forma igualitária para grupos de indivíduos que não homem em seu conceito universal, aquele que remete ao branco, heterossexual, ocidental e civilizado do “primeiro mundo” (RAGO, 2001, p.20). Isso porque, acredita-se que uma perspectiva voltada para o bem-estar dos indivíduos não é suficiente para garantir a segurança de determinados grupos, como as mulheres. O que se pretende mensurar com esse

trabalho é se os indicadores propostos pela Segurança Humana como fundamentais para garantir a o bem-estar dos indivíduos -sociais, econômicos e políticos- se apresentam menores para mulheres do que para homens, de forma a demonstrar que as segundas estariam menos protegidas no sistema internacional do que os primeiros.

Nesse sentido, as questões colocadas até então se encontram principalmente nos questionamentos sobre a capacidade da Segurança Humana, como teoria que se propõe a garantir uma vida digna aos indivíduos no Sistema Internacional, de atuar de forma igualitária para com questões de gênero. Ou se a Segurança Humana, segue reproduzindo a opressão de gênero através do discurso da imparcialidade. Nesse sentido, as mulheres teriam menor acesso as liberdades de necessidades e temores, propostas pela Segurança Humana.

Posto isso, o trabalho visa a partir de uma análise qualitativa de pesquisa apresentar uma perspectiva de gênero para os Estudos de Segurança Internacional, especificamente, na área da Segurança Humana. Nesse sentido, toma o aspecto regional da América do Sul como cenário para perceber disparidades de gênero a partir de indicadores econômicos, políticos e sociais.

Para trabalhar as questões referentes aos Estudos de Segurança Internacional, encontram-se como principais autores Barry Buzan e Lene Hansen, por apresentarem um acompanhamento histórico e teórico pertinente para o desenvolvimento deste trabalho. Os autores, mapearam os principais pressupostos que nortearam o desenvolvimento dos Estudos de Segurança Internacional e também as principais mudanças históricas e teóricas que permitiram a abertura desses estudos para correntes críticas.

No tocante a Segurança Humana, o desenvolvimento teórico se dá a partir dos principais documentos que delimitaram suas propostas, o relatório anual sobre Desenvolvimento Humano do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas de 1994 e o Relatório do Departamento de Relações Exteriores e Comercio Internacional do Canada de 1999. Esses documentos apresentam o surgimento do termo Segurança Humana, bem como suas principais contribuições para os ESI.

Já para tratar das perspectivas de gênero abordadas como aparato teórico para este trabalho, entende-se que as autoras Joan Scott, Susan Okin e Iris Young trazem discussões pertinentes para a análise proposta por apresentarem gênero como categoria carregada de carga social e histórica que permite uma relação de poder entre homens e

mulheres. Além disso, tomam-se como referência os escritos das autoras Anne Tickner, Ursula Oswald Spring e Cynthia Enloe, que apresentam perspectivas de gênero específicas para as Relações Internacionais, focadas na estrutura Estatal como patriarcal e masculinizada e que por isso reproduz opressões de gênero no âmbito tanto interno quanto internacional. Corroborando com as proposta dessas autoras, Betty Reardon e Elise Boulding, como expoentes do feminismo na Segurança Internacional, propõe que o sistema internacional é competitivo e hierarquizado e portanto, um espaço para a propagação de violências entre Estados que refletem na vida cotidiana dos indivíduos, prejudicando especificamente as mulheres. É pauta dessas autoras também, a construção da paz e da segurança internacional sem conflitos onde prospere o diálogo e a resolução pacífica de controvérsias como forma de garantir o bem-estar dos indivíduos.

Por fim, traz-se uma coleta de dados que parte de indicadores sociais, políticos e econômicos, colocados pela Segurança Humana como basilares para se pensar o bem-estar dos indivíduos. Com esses dados, pretende-se analisar se o acesso de homens e mulheres sul-americanos a recursos que permitam uma vida digna, livre de necessidades, acontece de forma igualitária. E com isso, concluir se a Segurança Humana vem sendo aplicada na América do Sul.

A coleta de dados se deu via online e contou com fontes secundárias como bases de dados e relatórios fornecidos por organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, a Organização Mundial do Trabalho, Fórum Econômico Mundial, Centro de Direitos de Moradia e Despejos, Organização Mundial da Saúde, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, Organização Internacional da Migração e outras instituições a serem indicadas ao longo da análise.

Por fim, a estrutura desse trabalho se divide em três partes: na primeira faz-se uma apresentação dos Estudos de Segurança Internacional, como integrante da disciplina das Relações Internacionais. Assim, apresentam-se os principais argumentos defendidos pelas vertentes tradicionais dos ESI, bem como as principais críticas e contrapropostas das teorias críticas, liberais e construtivistas. Dessa forma, apresenta-se a Segurança Humana como viés

de Segurança Internacional, porém com novas propostas sobre a quem deve servir a Segurança Internacional e de que forma.

Na segunda parte, apresenta-se a introdução das teorias feministas e perspectivas de gênero na disciplina das Relações Internacionais. Também se inserem os debates a partir de gênero no âmbito dos ESI e por fim na Segurança Humana. Ressalta-se a importância de se desvincular o caráter universal dos indivíduos como categoria homogênea, para poder pensar em grupos minoritários como sujeitos de segurança internacional, como é o caso das mulheres.

Já na última parte, apresenta-se uma análise de dados a partir de três eixos, econômico, social e político, colocando em comparação o acesso a esses recursos por parte de homens e mulheres na América do Sul. Nesse sentido, entende-se o caráter internacional da opressão de gênero e a necessidade de se atentar, a partir da Segurança Humana, na necessidade de se inserir perspectivas femininas no debate sobre Segurança Internacional.

Mediante essas colocações, esse trabalho justifica-se porque os estudos que tratam de questões de gênero nas Relações Internacionais, são seminiais para um olhar mais inclusivo da disciplina e podem colaborar com outras pesquisas que queiram aprofundar esses temas na área da Segurança Internacional. Nas considerações finais, encontra-se a síntese das reflexões encadeadas durante a pesquisa, permitindo relacionar a Segurança Humana com abordagens de gênero para os ESI, em conjunto com uma análise de dados que levou se em conta o posicionamento das autoras que tratam teorias de gênero nas RI.

Com esse trabalho, pretende-se ampliar as discussões acerca das possibilidades das discussões de gênero nas RIs e posteriores pesquisas na área da Segurança Internacional e da Segurança Humana. Entende-se que ainda existem muitas possibilidades de ampliação da construção de conhecimentos para tais áreas e esse trabalho pode gerar reflexões futuras, tanto para mim, quanto para outros leitores que se interessem pelo tema.

2 ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL

Este capítulo apresenta o contexto internacional e teórico que permitiu o surgimento dos Estudos de Segurança Internacional (ESI) como área das Relações Internacionais. Posteriormente, trabalha-se a inserção de perspectivas que contrariam os pressupostos tradicionais dos ESI, apresentando principalmente a Segurança Humana como contraproposta. Dessa forma, entende-se que o surgimento dos ESI procura formas para proteger os Estados num momento de tensão existente no sistema internacional, o período de Guerra Fria.

Nesse momento, o mundo e a academia estavam preocupados com a disputa de poder existente entre as duas hegemonias que colocou o mundo em estado constante de alerta. Por isso, os ESI eram voltados para estudos sobre as capacidades militares dos Estados e para a proteção deles no sistema internacional. Para isso, buscavam-se meios de mensurar as ameaças externas que eles poderiam enfrentar. Por causa dessa abordagem militarizada e estadocêntrica, os ESI detinham um caráter chamado de realista.

Uma mudança na perspectiva dos ESI apenas foi possível com o esfriamento da ameaça nuclear, que acontece nos anos 70. Dessa forma, as demandas internacionais foram aos poucos se distanciando das ameaças militares e começaram a caminhar para descobrir formas de impedir o escalonamento de conflitos armados no sistema internacional. Por isso, existe uma redefinição de conceitos de paz e segurança internacional que passam a abarcar questões estruturais como as desigualdades socioeconômicas, repressões étnicas e políticas e tópicos como gênero, liberdade e Direitos Humanos.

Outro ponto que surge a partir da abertura dos ESI, e fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, é a mudança do sujeito da Segurança Internacional. Enquanto a perspectiva inicial, realista, priorizava o Estado como sujeito a ser protegido pela segurança internacional, as teorias liberais, construtivistas e críticas já entendem que os indivíduos são a entidade mais importante do sistema. Por isso, a partir dos anos 90, com o fim da Guerra Fria, existe uma mudança na conduta dos ESI que passam a estudar formas de como proteger os indivíduos, para garantir a eles uma vida digna e livre de opressões e de necessidades. Sendo assim, a SH permite que exista uma visão de Segurança Internacional voltada para o bem-estar dos indivíduos e atribui um novo papel ao Estado, que deve passar a

cooperar para atender as demandas internas e externas e lutar contra ameaças a dignidade humana nos dois âmbitos

2.1 O SURGIMENTO DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL

A disciplina acadêmica das Relações Internacionais surge no ano dos anos 1920 (HERZ, 1997, Introdução) em Londres sendo uma das últimas disciplinas a compor o campo das ciências sociais. Nesse primeiro momento suas teorias tradicionais buscavam desenvolver uma série de pensamentos referentes a criação e a sobrevivência dos Estados no sistema internacional moderno, permeado por disputas para garantir o controle de tal sistema. Também, entende-se que até o momento, a segurança nacional era colocada como pauta principal, apenas depois passa a se considerar que ela está diretamente ligada com o contexto internacional (BUZAN; HANSEN, 2012, p.33)

Os contextos de Guerras Mundiais presentes na época trouxeram à tona a necessidade de se aprofundar o estudo sobre as ameaças contra os Estados, como protegê-los e como garantir a paz internacional, permitindo o surgimento de uma nova área de estudos dentro das RIs chamada Estudos de Segurança Internacional (BUZAN; HANSEN, 2012, p.8). Por isso, esta seção apresenta o desenvolvimento teórico dos ESI a partir de seu surgimento, em 1945 e se estende até os anos 70, quando algumas premissas passaram a ser questionadas e novas questões passaram a compor o debate sobre Segurança Internacional.

A partir desses estudos, percebeu-se que, como no caso da Segunda Guerra Mundial, os Estados se encontram num sistema internacional, sem arbitragem, onde os Estados deveriam lutar por recursos e poder (WALTZ, 2004, p.45). Tal guerra, por ter apresentado aspectos do conflito armado nunca antes vistos, principalmente, a bomba atômica, revelou que os Estados não estão dispostos a poupar esforços para consolidar sua hegemonia, o que gerou grande insegurança no sistema como um todo. Por isso, ao engatar o período de Guerra Fria, veio também um novo clima de tensão que atingia diretamente os Estados, que deveriam estar constantemente se protegendo de ameaças tanto internas quanto externas (BUZAN e HANSEN, 2012. p.33). A própria criação da ONU como mecanismo de fortalecimento da paz internacional, em 1945, acontece como forma de resposta a nova ordem mundial, representada por duas hegemonias e com atores limitados para a política

internacional (VIZENTINI, 1997, p.9). Os Estados Unidos e a União Soviética que se assentaram num condomínio de poder que gerou uma desconfiança mútua (SARAIVA, 2001, p.19) e que acabou afetando os demais componentes do sistema. Dessa forma, tanto a teoria sobre a Segurança Internacional quanto a atuação dos Estados, se voltaram para a defesa contra ameaças militares, e, principalmente nucleares, que passaram a ter atenção prioritária (BULL, 1950, p.120). E assim, definiam-se os ESI por meio de uma agenda consideravelmente militar, girando em torno de armas nucleares e uma premissa amplamente disseminada de que a União Soviética representava profunda ameaça militar e ideológica para o Ocidente (BUZAN e HANSEN, 2012. p.25).

Esse período inicial dos ESI, se apresentou primordialmente influenciado por teorias de caráter realista das Relações Internacionais (BOOTH e WHEELER, 2008, p. 143), por tomarem os Estados como atores principais e por incentivarem a disputa de poder através da ameaça e do fortalecimento militar. Assim, as preocupações relativas à segurança internacional tinham como pressuposto que os Estados são aqueles que devem manter assegurada sua sobrevivência no sistema defendendo seus valores nacionais, mesmo que isso signifique o uso da força contra o inimigo (DUNNE e WHEELER, 2004, p.02). Por esses motivos, os Estados inseridos no regime de Guerra Fria

devem estar, e normalmente estão, preocupados com sua segurança contra serem atacados, sujeitados, dominados ou aniquilados por outros grupos e indivíduos. Visando atingir a segurança contra tal ataque, são levados a adquirir mais e mais poder com a intenção de escapar do impacto do poder de outros (HERZ, 1950, p. 157).¹

Nesse contexto, faz sentido que as primeiras abordagens referentes aos Estudos de Segurança Internacional se expliquem de forma realista e, portanto, estadocêntrica, porque os autores que se empenhavam para descrever e estudar os acontecimentos do sistema, estavam cercados de condutas agressivas por parte dos Estados, justamente por estar em jogo à disputa pela próxima hegemonia global. Essa conduta se percebe no momento que se despertou uma corrida armamentista entre as grandes potências que se pretendiam capazes de moldar todo o sistema internacional de acordo com seus próprios valores (KISSINGER, 2012, p.11). Pelos motivos colocados acima, “a bipolaridade e

¹ (Tradução Nossa) Groups or individuals living in such a constellation must be, and usually are, concerned about their security from being attacked, subjected, dominated, or annihilated by other groups and individuals. Striving to attain security from such attack, they are driven to acquire more and more power in order to escape the impact of the power of others.

as armas nucleares com certeza formaram o principal quadro para a evolução dos ESIs durante as duas primeiras quatro décadas” (BUZAN e HANSEN, 2012, p.140).

Como consequência, as propostas fundamentais para o desenvolvimento dos ESI giravam em torno de quatro pilares: o papel do Estado, a estratégia para garantir a segurança internacional, os métodos e desenvolvimentos científicos e o objetivo de se empregar tal estratégia (BUZAN e HANSEN, 2009, p.11). E apareciam da seguinte forma: Os Estados eram apresentados como os principais atores do sistema internacional e a figura mais importante que deveria ser mantida segura e inviolável; a estratégia para garantir a segurança estava pautada na capacidade desse Estado em se armar, tanto para se proteger, quanto para realizar um ataque preventivo; o método positivista para manter a segurança significava a busca por padrões e evidências científicas para pensar a capacidade de ataque e defesa de outro Estado e assim planejar os passos seguintes e o objetivo crucial desses Estados era garantir a estabilidade da ordem internacional, juntamente com a sua sobrevivência, e conseguirem ter poder suficiente para lidar com as ameaças internas e externas (BUZAN e HANSEN, 2009, p.11).

A partir disso, entende-se que os Estados com maior capacidade de garantir sua sobrevivência no sistema, eram aqueles que detinham maior poder militar, o que estabelece uma hierarquia internacional entre eles ao passo que uns consegue impor suas vontades sobre outros (KISSINGER, 2012, p.17). O que se percebe no período de Guerra Fria, é que muitos países, que não as grandes potências, sofreram com os efeitos colaterais da tensão criada entre elas, justificando a necessidade de se pensar a segurança no âmbito seu âmbito internacional. As explosões de pequenos conflitos ao redor do mundo, em conjunto com processos de descolonização na África e Ásia, evidenciaram a disputa ideológica e demonstraram que o fato das duas potências não terem entrado em conflito direto não impediu que seus resultados transbordassem para o terceiro mundo (SATO, 2000, p.139). No caso da América Latina, os países foram sufocados por investidas estadunidenses para dominar a região ideológica e economicamente, colocando o país como protetor contra a ameaça soviética (VIZENTINI, 1997, p.9).

Sendo assim, entende-se que no decorrer dos anos sessenta, os ESI estavam se consolidando e sendo estimulados tanto em *think tanks* quanto dentro de exércitos (BUZAN e HANSEN, 2012, p.140). Os estudos tentavam arduamente acompanhar e analisar

as mudanças no sistema, nos conflitos e na correlação de forças que se criava a partir das corridas armamentistas e tecnológicas, e propor formas de proteger o Estado a partir disso. Por isso, percebe-se um aumento do poderio militar para as duas grandes potências, resultado de uma corrida armamentista, que levou a intensificação da disputa por áreas de influência nos países subdesenvolvidos, perceptíveis pelos processos de descolonização nos quais a URSS e os EUA apoiavam grupos insurgentes para garantir apoio futuro (SATO, 2000, p. 138).

Dessa forma, é importante ressaltar que as premissas que levaram ao surgimento dos ESI foram a necessidade de se pensar a proteção da unidade Estatal contra diversas ameaças, combinada com a urgência de se calcular a possibilidade de um ataque e estar pronto para reagir e a manutenção da ordem mundial e do *status quo* das potências mundiais. Ainda que, como veremos a seguir, as mudanças no contexto internacional tenham permitido o surgimento de novas abordagens para os ESI, nesse período inicial, a tensão causada pela Guerra Fria era tanta, que a acadêmica estava focada em encontrar respostas para manter a segurança do Estado, que estava constantemente ameaçado. Por isso, percebe-se uma visão bastante agressiva e centrada em questões militares dos ESI.

Alguns anos depois, na década de 1970, a perspectiva tradicional de Segurança Internacional passa a ser questionada, principalmente pela prevalência da agenda majoritariamente militar que desconsiderava outros fatores, como questões econômicas e sociais, para a composição da Segurança Internacional (OLIVEIRA, 2009, p.70). Outras críticas se direcionavam ao caráter estado-cêntrico dos ESI até o momento, que deixavam de abordar questões internas dos Estados, como as mortes de civis, resultado dos conflitos causados pela disputa de influências da Guerra Fria. Esses processos levaram a mudanças fundamentais nos ESI que serão apresentadas a seguir.

2.2 NOVAS PERSPECTIVAS PARA OS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL

O cenário internacional de disputas de poder no início da Guerra Fria, permitiu que os ESI caminhassem no sentido realista, o que passa a ser questionado a partir dos anos 1970. Isso decorre do fato de que, a ameaça de um holocausto nuclear permanece incerta, ao passo que outras questões, como econômicas e sociais, demandam atenção

internacional (Journal of Conflict Resolution, 27,1 (1983), p.5, apud ROGERS E RAMSBOTHAM, 1999, p.745). Por isso, nesse mesmo período os ESI passam a tratar de questões que atingiam os indivíduos em diversos níveis, que não apenas o estatal, como a degradação ambiental, problemas econômicos e perda de confiança em instituições nacionais (BAJPAI, 2000, p.04), indo contra as premissas realistas colocadas até então.

Além disso, também como uma contraposição as teorias realistas preponderantes até então, os autores liberais Joseph Nye e Robert Keohane, propõe que os Estados vivem num sistema de interdependência complexa, e não de disputa constante (1977, p.168). Dessa forma, os Estados, que são formados por indivíduos racionais, entendem o peso do conflito, tanto para as relações comerciais existentes, quanto para as populações locais, de modo que uma agenda militar não faz sentido, pois pode ultimamente prejudicar a ambos os lados que engatarem num conflito armado (KEOHANE; NYE, 1977, p.170). Essa postura introduz uma nova perspectiva para os ESI, que a partir de então passam a considerar que os Estados não são os únicos atores internacionais e que a força não é o único instrumento de poder no sistema internacional, já que a manipulação econômica, a capacidade de se utilizar de instituições internacionais, e o bem estar dos indivíduos devem compor os objetivos dos Estados (NYE, 2002, p. 236). Nesse sentido, a manutenção da Segurança Internacional se torna mais complexa, porque passa a ter uma abrangência maior de preocupações e adquire um caráter interdisciplinar (ROGERS E RAMSBOTHAM, 1999, p.741) e se distancia cada vez mais da perspectiva anterior.

A Segurança Internacional passa a ser associada não apenas ao fim de disputas armadas ou ao esfriamento do sistema de ameaças, e sim a uma forma preventiva contra o escalonamento de conflitos internos para o âmbito internacional (ALKIRE, 2003, p. 36). Esses conflitos poderiam emergir a partir de disputas internas por recursos materiais, frutos de desigualdades sociais, ou imateriais, como no caso de grupos afastados da representação política, ou que sofrem de opressões étnicas, religiosas, ou de gênero, por exemplo (MITCHELL, 1898, p.259). Essa situação trouxe novas demandas da academia que passaram a alargar a agenda dos ESI, alegando que problemas referentes a economia, meio ambiente e questões sociais eram tão importantes quantos as militares (BUZAN;WÆVER; WILDE, 1997, p. 01). Por isso, existe uma redefinição de temas que compõe os ESI a partir de escolas críticas, como a feminista, pós-moderna e construtivista, que contribuíram para

uma redefinição do conceito de segurança, principalmente ao questionar quem é o sujeito da segurança (OLIVEIRA, 2009, p.70). Para essas novas abordagens, os indivíduos são peça fundamental para abordar a segurança internacional. Para o autor Johan Galtung, para garantir uma segurança duradoura, os Estados devem trabalhar para eliminar violências estruturais, que impeçam o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos, como as desigualdades sociais e outras formas de opressão (1969, p.171). E devem promover a construção de uma paz positiva, entendendo que a ausência de guerras é apenas uma etapa para se manter a segurança internacional, e que deve ser acompanhada de reestruturações internas que impeçam o surgimento de novos conflitos e permitam a liberdade ao invés da repressão (GALTUNG, 1996, p.32).

Nesse contexto, de acordo com autores os construtivistas Barry Buzan e Lene Hansen, os quatro pilares que norteiam os ESI passam a apresentar outra configuração (2009, p.11). Os Estados não são mais os únicos atores do sistema, abrindo espaço para as instituições internacionais e a segurança dos indivíduos passa a configurar a segurança internacional, as ameaças internas e externas dos passam a compor a segurança destes, as ameaças militares passam a ser acompanhadas por questões econômicas, ambientais e sociais e a segurança internacional deixa de ser entendida como respostas imediatas a ameaças de outros Estados, mas sim, como algo que pode ser construído para se evitar o conflito em primeiro lugar (p.11). Além disso, o desenvolvimento dos ESI a partir dos anos 80 atinge a percepção de que a situação interna dos Estados influencia diretamente na sua atuação internacional, de tal forma que, a Segurança Internacional deve, portanto, passar a ter um olhar que abranja tanto o nível interno dos Estados, quanto o internacional. Assim, conflitos internacionais causados por questões de justiça, igualdade e dignidade humana, além do controle ecológico, devem se enquadrar substancialmente nos ESI (ROGERS E RAMSBOTHAM, 1999, p.745).

Levando em conta essas novas perspectivas, as teorias liberais também se ajustam dentro dos ESI e entendem que a manutenção da segurança internacional está diretamente ligada com a construção da paz internacional, já que um caminho de disputas de poder não poderia levar a paz, mas a busca pela segurança, sim (BUZAN, 2008 p.26). Por isso, a situação caótica em que se encontravam os países atingidos diretamente pela Guerra Fria passou a ser abordada de forma diferente, já que o fim da Guerra Fria empurrou

preocupações militares para o plano de fundo permitindo uma abertura nas agendas de Segurança Internacional (BUZAN; HANSEN, 2009, p.260). Antes dessas novas agendas comporem os ESI, diante do aumento de conflitos internos em Estados falhados do sistema internacional (AYOUB, 1996, p.67), causados principalmente por processos de descolonização e como respostas a disputas internas por recursos, a ajuda internacional tendia a aplicar um modelo universal de resolução de conflitos, principalmente por meio de acordos de cessar fogo (CRAVO; PUREZA, 2005, p.12). Porém, a partir do momento em que há a abertura da agenda dos ESI, entende-se que o fim de um conflito armado, não significa o fim de outras formas de violência estruturais na região, que pode escalonar novamente, e por isso, a instalação da paz positiva é fundamental.

Nesse sentido, o fim da Guerra Fria, nos anos 90, declarou a supremacia neoliberal como forma de organização política internacional, e portanto, os ESI de caráter liberal também passaram a pautar a forma de reestruturação dos países afetados pelas disputas de poder anteriores. Dessa forma, a construção de uma paz liberal consiste, em incentivar que os Estados, principalmente ex-colônias, sejam donos de seus territórios, porem se integrem a partir das de uma sociedade internacional interdependente e hegemônica, centrada na exportação do estilo de vida americano (RICHMOND, 2005, p.23). Por isso, com a supremacia do capitalismo veio acompanhada por práticas para adequar o sistema a economia de mercado. Isso fica evidente a partir do Consenso de Washington, que introduziu uma agenda de reformas econômicas aos países latino americanos que visando a abertura comercial desses países e a submissão deles a instituições bancárias liberais, de forma a moldar a economia desses Estados ao sistema econômico que estava sendo implantado no mundo (BATISTA, 1994, p.6). E com a atuação da ONU, que por meio de missões de paz, reconstrói estados devastados por conflitos decorrentes dos processos de descolonização, e os transforma em democracias de mercado liberal (PARIS, 2002, p.639). Percebe-se que a proposta liberal inclui questões econômicas como parte da Segurança Internacional, porque parte do pressuposto que Estados são interdependentes no sistema, e um conflito é prejudicial, dessa forma as relações econômicas pavimentariam o caminho para a paz internacional (KEOHANE; NYE, 1997, p.168).

Além disso, o mundo está inserido num processo de globalização, que gerou um grande fluxo de bens, informações e pessoas, o que poderia favorecer a interdependência

complexa entre os Estados. Porém, não houve uma mudança nas relações hierárquicas entre eles, de tal forma que “um segmento significativo da população mundial não é diretamente afetado pela globalização, ou fica basicamente excluído de seus benefícios” (HELD; MCGREW, 2001, p. 13-14), o que acaba atraindo muitas críticas para esse processo. Nesse sentido, em 1994 um novo conceito, chamado Segurança Humana, adentra os ESI, e surge como resposta as desigualdades decorrentes do processo de globalização, centrando o objeto de referência na sobrevivência das pessoas (OSWALD, 2016, p.53).

2.3 SEGURANÇA HUMANA

O conceito de Segurança Humana se apresentou dentro dos ESI como uma resposta aos processos de industrialização, crescimentos populacionais rápidos e intensos, difusão da desnutrição, uso desenfreado de recursos naturais não renováveis e degradação do meio ambiente que acontecem a partir dos anos noventa (BAJPAI, 2000, p.05). Por isso, nesta seção, trabalha-se o surgimento da Segurança Humana e suas novas agendas para os ESI, apresentando seu foco no bem-estar dos indivíduos como sujeitos fundamentais para se pensar a Segurança Internacional.

O termo aparece pela primeira vez numa Cúpula Social de Copenhague em 1994 em um relatório anual do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), e está relacionado com as pequenas ameaças enfrentadas por pessoas durante a vida cotidiana e tem como proposta perceber os sinais de uma crise para trabalhar de forma preventiva (1994, p.3). Nesse sentido, a Segurança Humana pretende se estabelecer a partir das experiências dos indivíduos, principalmente em países subdesenvolvidos, que podem estar relacionadas ao desemprego, fome e pobreza, violações de direitos humanos (TADJBAKSH; CHENOY, 2007, p.10). Por isso, a partir desse período, os ESI voltam sua agenda para a dignidade humana, preocupando-se com o desenvolvimento sustentável e com os direitos humanos (ALKIRE, 2003, p.14).

Ainda, segundo o PNUD, a Segurança Humana apresenta dois objetivos principais para garantir uma vida digna aos indivíduos. O primeiro deles é libertar os indivíduos de necessidades (*freedom from want*), que significa atacar problemas sociais,

políticos e econômicos, representados por ameaças crônicas, como doenças, a fome e a miséria e a repressão política. E o segundo é prevenir que os indivíduos sejam atingidos por crises que atinjam suas vidas cotidianas de forma repentina ou pelo escalonamento de um conflito, como no caso de guerras ou das “limpezas étnicas” (*freedom from fear*) (1994, p.24).

E para conseguir atingir tais objetivos, o relatório também apresenta sete componentes de Segurança Humana que devem ser abordadas para garantir que os indivíduos possam viver livres de necessidades e livres de temores e crises, e para que possam usufruir de um desenvolvimento sustentável e de uma vida digna. Esses componentes são: 1) segurança econômica: tratar de questões como o desemprego e a dificuldade para conseguir e se manter empregado, as condições precárias de trabalho, desigualdade e a miséria; 2) segurança alimentar: garantir alimentação básica a todos os indivíduos, levando em consideração a produção de alimentos mundial e sua distribuição desigual; 3) segurança sanitária: controle de doenças e epidemias, garantia de água potável, incentivo ao avanço de tratamento para doenças como o câncer e HIV, e a percepção de que países subdesenvolvidos estão mais sujeitos a passar por crises sanitárias decorrentes de doenças contagiosas, parasitárias e até infecções respiratórias; 4) segurança ambiental: controlar o desmatamento, a poluição do ar e da água e o processos de degradação de ecossistemas. Entendendo que a escassez de água pode ser um gatilho no futuro para conflitos regionais, étnicos ou políticos; 5) segurança pessoal: terminar com a violência física, que parta do Estado nacional a partir da tortura, ou de outros Estados por meio da guerra, e também de outros indivíduos que aparecem com os crimes, violência doméstica e suicídios; 6) segurança comunitária: garantir as pessoas que manifestem suas identidades culturais e valores familiares, étnicos e comunitários e evitar conflitos étnicos e religiosos; 7) segurança política: garantir os direitos humanos dos indivíduos e impedir a repressão política, a tortura e os desaparecimentos (PNUD, 1994, p.24-33)

A perspectiva que passa a ser trabalhada nos ESI de fornecer segurança para os indivíduos e não apenas para as nações (BAJPAI, 2000, p.10), recusa a premissa realista de que bastavam os Estados estarem livres de guerras para o sistema estar em paz, pois agora, a situação interna dos Estados também é considerada para se pensar a segurança internacional. Dessa forma, “os Estados, para promoverem a Segurança Humana, também precisam

estabelecer redes de cooperação com outros Estados, instituições multilaterais e ONGs, já que as ameaças à segurança são transnacionais” (OLIVEIRA, 2009, p.72).

Nesse sentido, a atuação da ONU como instituição internacional formada por Estados, se põe de acordo com a Segurança Humana. Isso fica evidente a partir das Missões de Paz, que são ferramentas de manutenção da segurança através de forças militares e outras equipes, que procuram ajudar países vulneráveis por causa conflitos a atingir a paz (NACOES UNIDAS, 2008, p.13), que a partir dos anos 90 apresentam a construção da paz positiva e buscam reconstruir Estados econômica e politicamente para contribuir com a paz liberal. Assim, entende-se que a construção da paz promovida pela ONU atende critérios ambientais, sociais, econômicos e políticos internos -pautas da segurança humana- dos Estados.

A proposta do PNUD para Segurança Humana introduziu o conceito nos ESI, e também fomentou que outros estudos fossem realizados a partir dessa nova perspectiva para a Segurança Internacional. Dessa forma, os pressupostos da Segurança Humana se expandiram e passaram a fazer parte das discussões de Estados como o Canadá, a Noruega, o Japão, o Chile, a Holanda, a África do Sul e outros. Isso fez com que duas linhas principais dominassem as discussões teóricas para a Segurança Humana, uma linha considerada ampla e outra, restrita (OLIVEIRA, 2009, p.73). A linha ampla, era contemplada pelo próprio PNUD, que coloca como ponto principal para a Segurança Humana, a garantia de uma vida digna para os indivíduos, livres das ameaças e necessidades colocadas nos sete pontos acima (BAJPAI, 2000, p.13). Já a linha restrita, foi colocada pelo governo canadense em conjunto com a Noruega a partir de um *think tank* chamado Rede de Segurança, que acreditava que as propostas do PNUD eram muito amplas e por isso, ineficazes e promoveu a Segurança Humana a partir de uma qualidade de vida aceitável para os indivíduos, pautada na proteção civil, na soberania da lei, na garantia dos Direitos Humanos e da igualdade social (PARIS, 2001, p.91)

Sendo assim, a vertente canadense propunha cinco eixos principais de atuação: 1) Segurança Pública (promovendo *expertise* internacional com capacidade de atacar problemas que ultrapassam fronteiras, como o tráfico de drogas, o crime organizado e o terrorismo); 2) Proteção de civis (estabelecimento de normas, redução dos custos humanos em conflitos, intervenção para ajuda humanitária e ajuda militar em casos de extrema violência de

guerra); 3) Prevenção de conflitos (promoção do fortalecimento da cooperação internacional para resolver conflitos violentos) 4) Governança e transparência (demanda por transparência nos setores públicos e privados e instituições que atuem internacionalmente, incluindo os poderes militares e judiciários) e) Suporte para operações de paz (atuação no campo da ajuda humanitária) (TADJBAKSH; CHENOY, 2007, p.30-31). E além disso, como forma de tornar os estudos mais objetivos, os defensores do conceito restrito baseiam-se em quatro argumentos principais: 1) dispor de uma definição clara e concisa; 2) possibilitar a elaboração de indicadores para medir a Segurança Humana; 3) converter o conceito numa ferramenta clara de análise para os pesquisadores; e 4) favorecer a sua aplicação prática em agendas políticas (OLIVEIRA, 2009, p.73).

Na comparação entre essas duas linhas, é possível perceber que os posicionamentos se apresentam em 4 eixos: “segurança para quem”, “segurança para quais valores”, “segurança a partir de quais meios” e “segurança contra quais ameaças” (BAJPAI, 2000, p.8). Para fazer a comparação a seguir, entre as visões de cada linha de estudos para a Segurança Humana, tomam-se os documentos: Relatório do Departamento de Relações Exteriores e Comercio Internacional do Canada de 1999² e o Relatório Anual de Desenvolvimento Humano do PNUD de 1994³. No tocante a “segurança para quem”, refere-se aos sujeitos que serão protegidos pela Segurança Humana, que na linha ampla, são os indivíduos, ao passo que a linha restrita abre espaço para a segurança do Estados, ainda que os indivíduos sejam colocados em primeiro lugar. Já o questionamento referente a “segurança para quais valores” se manteve o mesmo para as duas linhas, sendo o bem-estar e a liberdade individual fundamentais para a existência da Segurança Humana. Os meios para atingir a Segurança Humana, de acordo com a linha ampla, acontecem a partir do atendimento de necessidades básicas e da promoção de equidade social, política e econômica e a partir de condutas sustentáveis para com o meio ambiente; já para a linha restrita, acontece promovendo a governança das instituições internacionais e o desenvolvimento políticos, mas não descarta o uso da força. E ainda, quanto a “segurança contra quais ameaças” a linha restrita entende as relações entre a violência estrutural e a violência direta como ameaças para o bem-estar dos indivíduos, enquanto a linha ampla entende que as violências internas tanto

² Disponível em <http://www.summit-americas.org/Canada/HumanSecurity-english.htm>. Acesso em 14/11/2017.

³ Disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/255/hdr_1994_en_complete_nostats.pdf. Acesso em 14/11/2017.

diretas quanto indiretas afetam os indivíduos, mas procura ver os reflexos disso no âmbito internacional, se preocupando com os conflitos entre Estados.

Dessa forma, as formas para promover a prática da Segurança Humana também se apresenta de formas diferentes de acordo com cada linha de estudo, “O PNUD valoriza a promoção do desenvolvimento humano como meio de prevenção da insegurança e a Rede de Segurança procura investir em operações de paz, intervenções humanitárias e no fortalecimento de instituições internacionais para garantir a segurança” (OLIVEIRA, 2009, p. 74). Nesse sentido, questiona-se a Segurança Humana por ser um conceito que permite reinterpretar o cerne de soberania estatal, a partir da convenção de não-ingerência nos assuntos internos dos Estados (FRIDE, 2008, p.06). Isso porque a aplicação da Segurança Humana, principalmente no contexto da globalização, acontece em países subdesenvolvidos, que apresentam as formas de violência estrutural e direta de forma mais latente. Entende-se, portanto, que a Segurança Humana consiste numa forma hegemônica de construção da paz internacional. Sendo possível perceber dois exemplos de cenários onde a aplicação dos conceitos da Segurança Humana como forma de prevenir crises de caráter internacional por meio das missões de paz e a partir de políticas internacionais direcionadas para a reestruturação de países de terceiro mundo, muitas vezes a serviço da política externa de potências ocidentais (ARMIÑO, 2009, p.8).

No primeiro caso, as missões de paz, como apresentado pela proposta Canadense, proporcionam um cenário adequado para a implementação direta da Segurança Humana. Isso permite que os responsáveis pela construção da paz tragam lugares devastados pela guerra a conformidade dos padrões do sistema internacional vigente, sobre como esses Estados devem se organizar internamente (PARIS, 2002, p.638). Nesse sentido, o fortalecimento de instituições internas, a criação de mercados e o desenvolvimento dessas regiões, serve ao modelo neoliberal que se insere no planeta a partir daquele momento.

O que acontece em países subdesenvolvidos, como no caso da América do Sul, para onde será direcionada a parte analítica deste trabalho posteriormente, é que, como os conflitos internos não se deram de forma expressiva na região durante a Guerra Fria, a Segurança Humana atua a partir de mecanismos internacionais que buscam adequar e vincular os sistemas econômicos e políticos desses países ao sistema internacional (SORJ, 2005, p.8). Nesse sentido, existe o incentivo para a adoção de medidas de liberalização do mercado

desses países no decorrer dos anos 90, que seguem nos anos 2000, e também, um aumento da participação de países Sul Americanos em instituições internacionais e iniciativas de cooperação regional. Essas condutas, também permitiriam a atuação dos Estados nacionais em questões relacionadas a Segurança Humana, já que os problemas sociais, ambientais e políticos na região, como a pobreza, o futuro da Amazônia e o tráfico de drogas, passaram a ser controlados para evitar o escalonamento de crises internas e internacionais (SORJ, 2005). O que permite fazer outro questionamento as propostas colocadas pela Segurança Humana, no sentido de que de que o altruísmo das intervenções feitas em nome da segurança humana não se sustenta, pois só garantem um lugar na agenda internacional se se traduzirem em problemas para o Norte (como os novos fluxos migratórios) e acabam negligenciando problemas que afetam em especial o Sul (como a pobreza) (CRAVO, 2009, p.75).

Baseando-se nas colocações anteriores, referentes ao desenvolvimento dos ESI, pode-se perceber que estes sofreram uma série de mudanças nos seus fundamentos, que permitiram uma visão ampliada da Segurança Internacional. Também, é uma abordagem capaz de promover um aprimoramento da vida de indivíduos situados em cenários de risco, conflitos e pós-conflitos, ao mesmo tempo que apoia práticas de desenvolvimento sustentável e erradicação da violência.

O contexto internacional da Guerra Fria fomentou o entendimento militarizado da segurança dos Estados, num primeiro momento, porém, com o decorrer do tempo, novas perspectivas e novos sujeitos passaram a compor a Segurança Internacional.

Ela assumiu uma gama muito maior de objetos diferentes para a segurança, ainda com o estado em uma posição forte, mas com muito mais espaço para os indivíduos (segurança humana), e entidades não humanas (aspectos da segurança ambiental), e estruturas sociais (a economia mundial, identidades coletivas de vários tipos) (BUZAN; HANSEN, 2009, p.248).

Nesse sentido, ainda aparecem críticas sobre essa abertura, no tocante a Segurança Humana. Paris Roland (2001), coloca que o conceito pretende abarcar tantas questões que acaba não significando nada efetivamente. Ao passo que alguns questionamentos colocam que a Segurança Humana se aproxima muito do conceito de Desenvolvimento Humano (ALKIRE, 2003, p.35). Para responder a esses questionamentos, é necessário reforçar que, o conceito ainda tem muito espaço para se desenvolver e se aprofunda ((BUZAN; HANSEN, 2009, p.257). No entanto, entende-se que está consolidado que o conceito de Segurança Humana significa atingir a paz internacional, atrelando o

desenvolvimento dos indivíduos a segurança internacional. Não se trata, simplesmente, da promoção do bem-estar dos indivíduos para garantir a eles o poder de escolha e uma via digna, mas, além disso, perceber como o investimento no bem-estar individual reflete na construção macro da paz internacional, prevenindo o escalonamento de conflitos armados (ALKIRE, 2003, p.35). Nesse sentido, o conceito de Segurança Humana acaba abarcando diversas questões por entender a necessidade de uma abordagem multidisciplinar para atacar a violência estrutural e permitir que os indivíduos vivam livres de necessidades e temores (ARMIÑO, 2007, p.75).

Além disso, entende-se que a prática da Segurança Humana ainda é algo a ser trabalhado. Como discutido anteriormente, é preciso que exista uma atuação conjunta por parte de Estados e de organizações internacionais para aplicar a segurança humana. entende-se que a aplicação da Segurança Humana depende de estudos que permitam entender quais ameaças atacam quais lugares, e de que forma. Para Barry Buzan, uma das dificuldades de se aplicar a Segurança Humana se encontra na complexidade de definir estratégias para combater ameaças inerentes ao sistema internacional a partir das capacidades dos atores desse sistema (1991, p.142). Aos Estados, é necessário o entendimento de que o investimento no bem-estar dos indivíduos, fornecendo necessidades básicas como educação, emprego, saúde e participação política, podem atuar de forma preventiva ao escalonamento de conflitos internos e até ao transbordamento desses conflitos para o âmbito internacional, em longo prazo (OLIVEIRA, 2011, p.70). Além disso, é importante incentivar a cooperação entre eles; deve-se elaborar o significado do consenso de que os problemas de segurança no mundo de hoje vão além dos limites das fronteiras nacionais e da capacidade individual de os Estados enfrentarem as ameaças à segurança. (SORJ, 2005, p.13). Nesse sentido, os Estados teriam que constantemente reavaliar suas prioridades e conciliar suas diferenças de forma a garantir um sistema internacional seguro para todos (ALKIRE, 2003, p.32).

Tratando-se das relações entre os Estados, no âmbito da Segurança Humana, ressalta-se o caráter hegemônico e liberal das propostas que associam o modelo liberal desenvolvimento a paz internacional, o que faz com que alguns Estados acabem sendo receptores dessas propostas mais do que atores na construção delas (ARMIÑO, 2007, p.71). José Manuel Pureza (2009) salienta que isso fica claro ao perceber que a ambição de trazer para as prioridades da segurança o combate ao medo e à privação não se materializou em

alterações substantivas das relações de poder internacionais e tem servido fundamentalmente como suporte (mais um) para a disciplina da periferia turbulenta pelo centro inquieto.

Ainda, apesar da proposta da Segurança Humana se afastar de perspectivas estado-cêntricas para as Relações Internacionais, ainda entende a importância do Estado como sujeito provedor desta. Isso porque, grande parte dos requisitos para se consagrar a Segurança Humana dependem muito de iniciativas de políticas públicas para garantir internamente o bem-estar dos indivíduos e que depois vão refletir no SI. Por isso o Estado pode trabalhar a favor da Segurança Humana ao entender que

Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância geral individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras (SEN, 2000^a, p.25-26).

A questão aqui é que a atuação do estado no âmbito da Segurança Humana se encontra no investimento em políticas públicas e cooperação regional, não focadas em aparatos militares. Sendo assim, as propostas de Segurança Humana se desvinculam de outras propostas para Segurança Internacional e dos pensamentos realistas, por pedirem por uma cooperação genuína entre Estados e por colocar os indivíduos como centro dos debates, algo que não seria feito dentro de discussões tradicionais. De acordo com Alkire, a cooperação é um fator fundamental que permite o compartilhamento de expertise entre os países e que ajuda a chegar ao cerne de problemas estruturais de forma conjunta. Logo, essas conexões serviriam para criar estratégias de redução da pobreza e outros problemas sociais, como forma de atingir a segurança internacional. (JACOBY, 2006, p.03).

Além disso, também as Organizações Internacionais podem atuar em conjunto com os Estados para promover normas e condutas internacionais (BAJPAI, 2003, p. 223). Nesse sentido, as críticas da Segurança Humana direcionadas as Organizações internacionais apresentam dois pontos, o primeiro, referente a busca pela homogeneização hegemônica. O segundo, é a necessidade de não tomar a coleta de denúncias e práticas opressivas como posicionamento normativo (SORJ, 2003, p.17), pois a exposição simples da opressão, quando não acompanhada de ações efetivas de mudança, acabam não sendo efetivas. Também, coloca-se a necessidade de se estabelecer e focar em objetivos precisos e

definir formas concretas para que as organizações internacionais possam garantir a eficácia de políticas internacionais para Segurança Humana (ARMIÑO, p. 54).

Por fim, coloca-se que a Segurança Humana deve ser acompanhada da formação basilar dos indivíduos a partir de uma Cultura de Paz, que significa, de acordo com Elise Boulding, uma capacidade de construir diálogos e espaços coletivos de construção de paz que passem diretamente pelos indivíduos (2001, p.59). Para a autora, a própria construção da nossa sociedade atual veio sendo baseada em disputas e em quem dominava quem, ou temia quem (2000, p.13). Nesse sentido, o primeiro passo para mudar esse cenário de constantes disputas e ameaças, que existem no âmbito interno a partir de opressões diversas entre indivíduos, mas também no internacional a partir das guerras entre Estados, seria a construção de visões sobre como o mundo poderia ser e o que poderia mudar, partindo de um utopismo, mas tentando se aproximar ao máximo da realidade possível (2000, p.29). E então, começar a mudança desde espaços micro, como as comunidades, escolas, famílias e governos, e entender que os resultados aparecem a longo prazo.

Concluindo este capítulo, percebe-se que a introdução de novas perspectivas ao ESI permitiu uma maior abrangência do próprio conceito de Segurança Internacional. Percebe-se que houve um desenvolvimento conjunto das áreas teóricas e práticas da área, ao passo que as novas perspectivas de Segurança Internacional que surgiram nos anos 70 e seguiram sofrendo mudanças, acabavam pautando ações dos Estados no sistema internacional, principalmente, através das organizações internacionais. Além disso, a introdução de temas como o bem-estar dos indivíduos e a vida digna deles permite que os Estados possam trabalhar de forma a eliminar uma serie de desigualdades econômicas, políticas e sociais e aos poucos atingir uma harmonia no sistema internacional através da Segurança Humana.

3 PERSPECTIVAS DE GÊNERO PARA A SEGURANÇA INTERNACIONAL

Em muitos campos das Ciências Sociais, desde a década de 60, temas relacionados ao papel e a participação das mulheres em muitos setores da sociedade se mostram presentes e vem ganhando cada vez mais destaque ao promoverem discussões e debates localizados nas questões de gênero e suas relações socioculturais. Contudo, no campo das Relações Internacionais, a inserção de estudos de gênero como categoria de análise

voltada para a Segurança Internacional entraram em pauta de forma tardia, por volta da segunda metade da década de 1970, e tomaram corpo a partir de 1980 quando um grupo de autoras⁴ passou a refletir sobre as tradicionais visões em relação a atuação das mulheres no campo das RI e em relação ao monopólio masculino das produções acadêmicas voltadas ao tema.

Para Locher & Prügl (2001, p.115), apesar da inserção tardia de estudos relacionados às questões de gênero no campo das RI, isso não significa que elas não tenham relevância para a disciplina. Conforme essas autoras, podemos encontrar uma série de escritos produzidos por um grupo de feministas que se identifica como estudiosas de Relações Internacionais, cujas produções solidificaram-se a partir das discussões encontradas nos trabalhos umas das outras. São produções que abordam temas relacionados a violência sexual em guerras, participação das mulheres em conflitos, opressão e tantos outros temas que interferem diretamente na forma como se compreende a ação das mulheres em contextos internacionais. Esse grupo foi responsável pela fundação da *International Studies Association*, na década de 90, bem como, pelo estabelecimento da revista *International Feminist Journal of Politics* em 1999, demonstrando a relevância que temas relacionados à questão de gênero tem assumido atualmente para o campo das RI.

Feitas essas considerações em relação a inserção das questões de gênero no campo das RI, torna-se importante trazer para a discussão em que medida elas nos ajudam a contextualizar as abordagens de gênero que relacionam-se tanto com os ESI, quanto com a Segurança Humana. Para isso optou-se em dividir o capítulo em três partes.

Na primeira parte, encontram-se as principais questões levantadas por abordagens de gênero para as Relações Internacionais apresentando, principalmente, as críticas ao modelo estado-cêntrico e belicista das vertentes tradicionais da disciplina. Também trata-se do distanciamento da participação de mulheres nos processos de tomada de decisão internacionais e nos impactos dos conflitos armados na vida das mulheres.

Na segunda parte, a argumentação será direcionada à inserção das abordagens de gênero na área da segurança internacional, bem como seus contextos. Para tanto, serão revistas as posições interpretativas de alguma autoras que tratam do tema, como por exemplo Betty Reardon, Elise Boulding, Peterson e Anne Tickner, e como elas abordam o

⁴ Dentre elas, Elshtain, 1987, Cohn, 1987, Enloe, 1989, Tickner 1992, Peterson, 1992.

tema.

E, por fim, na terceira parte apresentam-se questionamentos relacionados à Segurança Humana a partir de abordagens de Segurança de Gênero. Para isso, retomam-se os conceitos dessa linha teoria que dizem respeito ao bem-estar dos indivíduos como caminho para construção da paz internacional. Nesse trecho também se discute a importância de se desvincular a Segurança Humana de discursos que entendam os indivíduos como seres universais, pois, essa conduta pode omitir relações de opressão de gênero por meio da negligência em atender demandas de grupos minoritários, como as mulheres. Por isso, torna-se fundamental tratar os ESI a partir de uma perspectiva de gênero.

Como já foi colocado, o surgimento de uma consciência de gênero no âmbito das Relações Internacionais é fruto de um amadurecimento teórico e metodológico que coloca no centro das discussões não só o papel das mulheres no âmbito das RI, mas também, as formas que as estruturam e que consolidaram a participação delas nos processos de tomada de decisão internacionais. Ao mesmo tempo, esses estudos passaram a considerar de que forma os impactos e os conflitos armados podem interferir na vida das mulheres em situação de risco.

Dessa forma, em grande maioria, os estudos relacionados às questões de gênero nas RIs passaram a colocar em pauta o modo como as instituições internacionais estruturavam e reproduziam as desigualdades de gênero buscando, para tanto, apoio em outras áreas do saber, como por exemplo na história e na sociologia, a fim de compreender como as estruturas de poder podem interferir na vida dos indivíduos, tanto no campo individual, quanto institucional, estendendo as investigações para a situação e o papel das mulheres nesse sistema. Isso rompeu com as vertentes tradicionais, e abriu o campo de pesquisa para áreas mais qualitativas que quantitativas de compreensão das questões de gênero nas RI.

Apesar de pesquisas quantitativas feministas focarem em questões de justiça social, particularmente em relação a mulheres, estas pesquisas não são consideradas por muitas feministas como fazendo parte da escola feminista de RI. De fato, muitas feministas (ver, por exemplo, Peterson 1992, 2002; Sylvester 1994; Kinsella 2003; Steans 2003) aparentemente rejeitam o feminismo empirista de RI predominantemente em função da metodologia utilizada. (CAPRIOLI, 2004, p. 253)⁵.

Conforme Joan Scott (1986, p.02), ainda que exista o costume em associar

⁵ Tradução da autora

o estudo de gênero ao estudo das mulheres, ele não representa a amplitude das relações que envolvem o termo – gênero – em contextos sociais mais amplos. Principalmente porque essa forma interpretativa causa maior aceitação no âmbito acadêmico. Nem, tampouco, representam a simplória divisão que marca a diferença sexual, ou seja um mundo dividido entre homens e mulheres. Antes, porém, de se propor discussões relacionadas às questões de gênero, é essencial entender que a palavra gênero remete a situações muito mais complexas do que as particularistas e universalistas formas de compreensão das diferenças a que ela está submetida.

Conforme Margareth Rago (2001, p.20), gênero possui no seu interior a perspectiva da representação no qual o conceito universal de homem, aquele que remete ao branco, heterossexual, ocidental e civilizado do “primeiro mundo”, passa a ser repensado e carrega consigo muitos significados. Judith Butler (2007, p.47), colabora nesse sentido ao afirmar que obrigatoriamente tratando da relação -desigual- que existe entre gêneros, é o sistema que coloca os sujeitos num eixo de dominação favorecendo o masculino de forma naturalizada e normativa. Dessa forma a tendência ao favorecimento das práticas masculinas em detrimento das femininas constituem-se em vários campos, e tendem a colocar as mulheres no campo do privado e os homens no campo do público (VARIKAS, 1997, p.9).

Assim, o controle das funções sociais é comumente reforçado pela violência, discriminação e exclusão, além da divisão do trabalho e do poder que produzem valores sociais diferentes para homens e mulheres (OSWALD, 2016, p.175). Nessa perspectiva, ao se tratar de gênero, não se fala apenas sobre a mulher e o lugar que ela ocupa na sociedade em geral, mas necessariamente, se trata também do papel ocupado pelos homens, assim como suas motivações, ações e consequências na sua dominação sobre o gênero feminino, colocando as diferenciações sexuais como socialmente construídas (OKIN, 2008, p.306).

3.1 A INCLUSÃO DE ESTUDOS DE GÊNERO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Com o crescimento de movimentos de mulheres que buscavam maior participação e representatividade nos vários campos sociais, temas relacionados às mulheres e ao gênero passaram a ser incorporados em diversos campos científicos, em particular das

Ciências Sociais, permitindo repensar sobre a atuação das mulheres no contexto das Relações Internacionais (HALLIDAY, 2007, p.147). Assim, a inserção de teorias de gênero na disciplina das Relações Internacionais acontece por volta dos anos 80, afirmando a necessidade de uma crítica à história e à identidade da disciplina e uma releitura dos pressupostos individualistas e estado-cêntricos⁶ da maior parte dos estudos existentes até então (HERZ, 2002, p.14). Também, encontram-se nessas críticas, a discordância com o caráter militarizado da disciplina e o distanciamento com preocupações internas aos Estados, como o bem-estar dos indivíduos. O sentido dos questionamentos revela que o âmbito da política internacional sempre teve um viés de gênero a ser estudado, afinal, a política externa e a militar tem sido majoritariamente conduzida por homens e tratado a situações a partir da masculinidade (TICKNER, 1992). Isso tem um reflexo expressivo na vida das mulheres, que, não são representadas no âmbito internacional.

As perspectivas de gênero entendem que a relação de dominação que existe entre os gêneros atravessa fronteiras e por isso se enquadra nos estudos das Relações Internacionais (ENLOE, 1989, p.11). Para a autora Úrsula Oswald Springs a opressão de gênero⁷ se adapta a cada da localidade, comprovando que a estrutura patriarcal é internacional e não está restrita a alguma área ou região (OSWALD, 1991). Nesse sentido, a crítica ao estado-centrismo das perspectivas de gênero para as Relações Internacionais, se baseia no fato de que o Estado, foco principal de teorias realistas tradicionais das RI, é uma estrutura que reproduz a opressão de gênero, e, portanto, não consegue atender às demandas das mulheres, e nem inseri-las nos processos de tomada de decisão (PETERSON, 2015, p.41).

Entende-se que a estrutura estatal é essencialmente patriarcal, pois criou bases políticas e econômicas baseadas na divisão de papéis entre os indivíduos, que abarcam mecanismos de exploração de mão de obra e as opressões de gênero (OSWALD, 2016, p.62). Essa estrutura tornou invisível o valor do trabalho de mulheres no lar, aos quais eram submetidas em detrimento da participação da vida política e econômica (OKIN, 2008, p.306).

Nesse sentido, construiu-se socialmente uma distinção entre os âmbitos privado e o público em consonância com a vida doméstica e a não doméstica, e junto a isso,

⁶ Consideram os Estados como únicos sujeitos das Relações Internacionais, sendo assim, se preocupam apenas com sua sobrevivência no sistema internacional, sobrevivência ontológica.

⁷ Entende-se opressão de gênero como um processo discriminatório de proporções histórico-culturais que implica na comunicação de um gênero sobre o outro através do autoritarismo e/ou da violência física ou psicológica.

definiu-se a quem pertenciam esses espaços (OKIN, 2008, p.306). O que se percebe, nesse sentido é que a ordem sexual está incorporada a um número indescritível de instituições ao redor do mundo (Warner 1993: xiii) e seguem a mesma divisão.

Às mulheres, naturalmente tomadas como cuidadoras e passivas, ficou direcionada a esfera doméstica, privada, ao passo que aos homens, como provedores e racionais, ficou delegada a esfera pública em geral, colocando a mulher como ser incapaz de se autogovernar e de se relacionar de igual para igual com os homens (PATEMAN, 2015. p.1) E assim, as mulheres também deixam de ser um parâmetro para se pensar as decisões da vida política e econômica, que existem para servir aos interesse dos homens, afinal, a política interna e internacional vem sendo definida a partir de características normalmente associadas a masculinidade, como o poder, a coragem, a força e a independência (TICKNER, 1992. p.3). E, por isso, entende-se que para as teorias de gênero, o Estado acaba sendo uma ameaça para grupos sociais, como as mulheres, por não os representar ou negligenciar suas necessidades (YOUNG, 2012, p.185)

Nesse sentido, o distanciamento do estado-centrismo, significa que o nível de análise das Relações Internacionais muda quando abordado a partir de uma perspectiva feminista. Já que antes, com a perspectiva tradicional, observava-se os Estados e as relações a partir do Sistema Internacional. Porém, com as teorias feministas, passa-se a entender que as situações vividas internamente num Estado transformam sua essência e interferem diretamente na postura que este assume no meio internacional (MONTE, 2010, p.94). Isso porque, o Estado é composto por indivíduos, e suas ações são reflexos de decisões internas, tomadas pelos indivíduos que detém o poder para tomar tais decisões (PETERSON, 2015, p. 36.). Da mesma forma, o que acontece no sistema internacional, mudanças climáticas, mudanças econômicas e conflitos, por exemplo, afetam não só a entidade do Estado, mas também os indivíduos que vivem nele, tendo reflexos diferentes em homens e mulheres. Desse modo, negligenciar a dimensão do gênero dentro das Relações Internacionais, aponta para a tese de que os processos internacionais são neutros no que se refere a gênero e que não afetam de formas diferentes as posições e papéis que as mulheres ocupam na sociedade (HALLIDAY, 2007, p.149).

Ressalta-se que o discurso de neutralidade emanado tanto no contexto nacional dos Estados quanto no internacional, apresenta uma tentativa de homogeneizar

indivíduos e demandas, e acaba por negligenciar as necessidades de determinados grupos, e por isso, quando não se pensa especificamente nas mulheres como grupo distinto de indivíduos homens, suas pautas se tornam invisíveis (YOUNG, 2012, p.185.). Por isso, ao tomar os indivíduos como iguais, se preservam as hierarquias de gênero, que privilegiam as experiências e conhecimentos masculinos que sustentam que políticas internacionais não sejam direcionadas as mulheres (TICKNER, 1992, p. 5). Assim, quando se pensa na relação de poder entre os gêneros e as tomadas de decisão internacional, fica evidente que a política internacional é um espaço masculinizado (OSWALD, 2008, p.14), visto que mulheres ocupam em menor número os cargos de tomada de decisão, o que se reflete no menor número de políticas internacionais pensadas por/para mulheres.

3.2 INTRODUÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE GÊNERO NA SEGURANÇA INTERNACIONAL

Entendem-se os Estudos de Segurança Internacional como uma área das Relações Internacionais que surge no contexto da Guerra Fria com o objetivo de estudar estratégias para proteger os Estados de ameaças externas. No momento do surgimento dessa área, as estratégias consistiam principalmente na capacidade de um Estado de se armar e investir na sua segurança para se defender de um possível ataque inimigo. Nesse sentido, afirma-se o caráter realista desses estudos, por serem direcionados para a proteção do Estado por meios militares. Essa forma de se pensar a Segurança Internacional passa a ser questionada a partir da redefinição dos conceitos de violência, paz e guerra trazidos por abordagens críticas da disciplina das Relações Internacionais. Dentre as críticas voltadas para os ESI, encontram-se as abordagens de gênero que inserem a opressão de gênero como ameaça para a segurança internacional. Por isso, a seguir apresentam-se as principais contribuições de teorias feministas para os ESI.

É a partir do final dos anos 1970 que se tem um estudo da Segurança Internacional voltado para as teorias feministas. Nesse momento, as críticas se encontravam na relação estado-cêntrica e militarizada do conceito tradicional de segurança internacional que são fundamentais para se pensar a desigualdade de gênero (SANTOS, 2015, p.173). Coloca-se que as mulheres se encontram num sistema internacional formado por Estados

masculinizados e pautado pela disputa entre eles. Porque o Estado, quando se propõe como neutro, não está sendo imparcial para com questões de gênero (WADLEY, 2009, p.40), já que sua composição majoritariamente masculina é capaz de institucionalizar a inferioridade feminina através de papéis de gênero (TICKNER, 1997, p.615). Enquanto o militarismo, é uma consequência de um sistema de guerras, pautado em disputas de poder e hierarquias que partem de entendimentos masculinizados de poder como a força e o poder, que são vistas desde a construção das relações sociais internas, até as relações entre os Estados no cenário internacional (REARDON, 1996, p.251).

Dessa forma, as críticas iniciais das teorias feministas para os ESI estavam localizadas em temas que relacionassem diretamente o conflito armado com a desigualdade de gênero, já que até então os problemas de segurança femininos eram marginalizados e silenciados (BUZAN e HANSEN, 2012. p.320). Por isso, as pautas eram questões como o estupro utilizado como arma de guerra (SEIFERT, 2014, p.55), o tráfico sexual, a entrada de esposas de soldados no mercado de trabalho (ALVEZ e PITANGUY, 2017, p.50) e até a participação de mulheres e homossexuais no exército. Nesse contexto, revela o lugar das mulheres quanto vítimas nos cenários pós-conflito, condenadas a assumir as consequências de atitudes dos *policy makers*, que são na sua grande maioria homens (TICKNER, 2002, p.02).

Já nos anos 90, o cenário internacional nesse período contribuiu para que os ESI passassem a entender a Segurança Internacional como uma forma de prevenir conflitos ao invés de proteger os Estados de ameaças militares. Dessa forma, esse período busca compreender como a segurança dos indivíduos é comprometida pela violência tanto física quanto estrutural⁸ em todos os níveis do sistema internacional (BUZAN E HANSEN, 2012, p. 316). E por isso, inserção dos indivíduos como sujeitos de segurança internacional permite que a construção da paz se torne mais exigente (MOURA, 2004, p.1), já que ao partir do âmbito micro, a segurança internacional deve ser capaz de conciliar necessidades internas e externas nos Estados.

Entende-se como subordinação de gêneros no sistema internacional uma serie de condutas vividas exclusivamente por mulheres, nesse sentido

A subordinação de gênero pode ser encontrada nos treinamentos militares onde homens que apresentam baixas performances como “garotas”. Subordinação de

⁸ A violência direta acontece dois sujeitos que praticam atos de agressão ou ameaça de agressão, ao passo que a violência estrutural está representada na dominação de um grupo de indivíduos sobre outro através de repressões contínuas GALTUNG (1969, p.168 e 177).

gênero pode ser encontrada quando um Estado desafia a masculinidade de outro quando esse não se apresenta com vontade de performar manobras militares. Subordinação de gênero pode ser encontrada no uso do estupro como arma de Guerra. A Subordinação de gênero pode ser encontrada na vitimização intencional de mulheres civis como peças simbólicas para a centralidade do Estado (SJOBERG, 2012).

As perspectivas de gênero acompanham essas mudanças, e partir desse momento, propõe a redefinição de conceitos como ameaça (SOUZA, 2014, p.). Considerando as colocações da autora Laura Sjoberg, as abordagens feministas para a Segurança Internacional passaram a questionar a quem o conceito de segurança internacional deve ser aplicado, ampliando sua atuação para além dos estados (2009, p.4). Para ela, as diferenças de gênero fazem com que os indivíduos recebam a Segurança Internacional de formas diferentes. Nesse sentido, incluem-se como pautas dos ESI a violência doméstica, a pobreza, a subordinação sexual, a destruição ecológica (2009, p.5) e também a igualdade econômica, a justiça social e a participação política (REARDON, 1996. p.252) como situações que ameaçam as mulheres de forma específica e diferente da dos homens em todo o sistema internacional.

Comumente se relaciona à segurança internacional como forma de atuação em cenários de conflito armado, quando na verdade, também é necessário pensa-la como forma de evitar o escalonamento de disputas internas de um Estado em conflitos violentos. Por isso, tem-se que a dignidade humana como uma prevenção para conflitos e principalmente como uma forma de buscar resoluções não violentas para conflitos (OSWALD, 2008, p.17). No caso de uma segurança com consciência de gênero, entende-se que a opressão tem caráter global, o patriarcado se insere se adapta a cada cenário, porém está sempre presente, em maior ou menor intensidade (OSWALD, 2016, p.176). Isso remete a necessidade de tomar a segurança internacional a nível dos indivíduos, para trabalhar como forma preventiva ao que diz respeito a desigualdades de gênero, para impedir que elas se expressem por meio da violência.

Por isso, é necessário que demandas de mulheres sejam tratadas como caminho para a construção de uma paz internacional inclusiva (BOULDING, 2001, p.56). Já que ao trazer o nível de análise para o âmbito individual, é necessário coletar demandas e promover a segurança internacional de dentro para fora. Dessa forma, é necessário entender que a forma como os Estados se posicionam perante o sistema internacional está diretamente

ligada com as formas como as relações sociais são conduzidas internamente a ele. Por isso, entende-se que a propagação de ideais de igualdade de gênero no âmbito interno dos Estados, gera uma demanda recíproca do cenário internacional.

A necessidade de se pensar a política internacional a partir de um viés não masculinizado parte do cumprimento de demandas de mulheres e da criação de um sistema de políticas públicas e preocupação interna com a qualidade das relações entre gêneros. E também, na abertura dos espaços de construção da política internacional para as mulheres.

Por isso, percebe-se que os processos de reconstrução da paz afetam mulheres de forma peculiar, principalmente no que se refere a questões diretamente relacionadas com questões de gênero, como os abusos e o acesso a questões de saúde. O que demanda uma abordagem centrada nos cuidados com o gênero feminino nos cenários de reconstrução. Por isso Elise Boulding (2001, p.56) coloca a necessidade de criar uma cultura de paz, pautada no diálogo, para permitir uma aproximação das populações entre

Por isso, na sessão seguinte relaciona-se a segurança humana com a segurança gênero, para mostrar em quais momentos elas se cruzam e se relacionam e também apontar suas diferenças. Assim, é necessário pensar a segurança como algo anterior ao escalonamento de conflitos e como forma de garantir um ambiente seguro e livre de violências estruturais e físicas, levando em consideração questões de gênero. Isso para entender de que forma as novas abordagens de segurança atendem as demandas de gênero, e o que está faltando para que exista uma maior consciência de gênero na segurança internacional como um todo.

3.3 POLÍTICAS DE GÊNERO PARA A SEGURANÇA HUMANA

Como visto no capítulo anterior, a abertura dos ESI para novas abordagens permitiu o surgimento de uma vertente preocupada com o bem-estar dos indivíduos – a Segurança Humana. Nesta seção, trabalha-se justamente a relação entre o olhar para os indivíduos promovido pela Segurança Humana e o olhar da Segurança com consciência de gênero, com o objetivo de demonstrar as convergências e divergências entre elas. A questão nesse momento é, justamente, perceber se o fato da Segurança Humana propor uma abordagem voltada para o nível dos indivíduos significa que é capaz de atender demandas de gênero, ou se o discurso da neutralidade dos indivíduos permeia a agenda da Segurança

Humana, escondendo a desigualdade de gênero no processo. Desse modo, Simone Wisotzki ressalta que existe uma necessidade de se sublinhar as hierarquias de gênero, pois elas moldam as práticas sociais, e no âmbito da Segurança Humana encontram-se alternativas para superar essas desigualdades (2003, p.16).

Tomando a introdução da Segurança Humana, datada a partir dos anos noventa, o cenário internacional retrata a situação do planeta após a Guerra Fria, onde muitos Estados estão se reestruturando de crises econômicas, políticas e cenários pós conflito. Assim, entende-se que esses processos permitiram pensar em categorias para garantir o bem-estar dos indivíduos, trazidas pela Segurança Humana, e apontadas anteriormente, no primeiro capítulo deste trabalho. Dessa forma, Ulf Kristofferson, aponta que independente da pauta ser a segurança econômica, alimentar, pessoal, política ou de saúde, mulheres e meninas são afetadas de formas diferentes pelas ameaças internacionais, por causa de questões físicas, emocionais e psicológicas e que devem ser levadas em consideração para promover uma forma mais igualitária de Segurança humana (2000, p.02).

A segurança humana tem suas diretrizes pautadas na liberdade dos indivíduos de necessidades e de temores, por isso, conta com temas que englobam segurança alimentar, acesso a saúde e educação, o desemprego, as migrações, a liberdade de expressão e liberdade política, o acesso à justiça. Mas, a autora Beth Woroniuk chamou atenção para dimensões fundamentais que estão faltando na Segurança Humana, referentes a questões de gênero: (1) Violência contra a mulher, (2) Desigualdade de gênero no controle de recursos, (3) Desigualdade de gênero com poder nas tomadas de decisão, (4) Direitos Humanos das Mulheres, (5) Homens e Mulheres como atores e não vítimas (1999, p.). Nesse sentido, argumenta-se a segurança dos homens é priorizada em detrimento das mulheres, porque, elas tem menores tendências de lutarem por questões de segurança, e também, por sofrerem de discriminações geradas por diminuições da sua importância por causa do gênero (MCKAY, 2004, p.155).

Dessa forma, os países periféricos foram alvos dos pensamentos para Segurança Humana pois se encontravam vulneráveis e a mercê de uma crise econômica mundial que acentua as dificuldades enfrentadas pelas populações locais (ANDRESON, 1995, p.12). Os indivíduos foram gravemente afetados, e como discutido anteriormente, as mulheres passaram por dificuldades especificamente por causa da sua condição de gênero, quando

sofrem com abusos sexuais, violência doméstica, ou quando tem menos oportunidades de estudar, se alimentar, trabalhar e se apresentam economicamente dependente de parceiros (MAZURANA; MCKAY, 2001, p.33).

Por isso, nesta seção, trata-se de abordar a Segurança Humana como uma resposta aos problemas trazidos pelo modelo neoliberal de pobreza e a vulnerabilidade dos indivíduos, de forma a tentar conter os males de um processo intrínseco de globalização. Entende-se que o processo de globalização permitiu um aumento na inserção dos países subdesenvolvidos em regimes internacionais, principalmente de caráter econômico (CINTRA; CORREA; VIGEVANI, 1999, p.2). E essa inserção, ressaltou a Divisão Internacional do Trabalho, que divide as especializações da produção entre os países, deixando os processos menos valiosos com os países de terceiro mundo (PONCHMANN, 2015, p.4). Essa situação resulta na precarização do trabalho internamente nos Estados, prejudicando mulheres que, se submetem a salários menores e empregos que garantem menos direitos trabalhistas e até a prostituição (HIRATA, 2009, p.26). Nesse sentido, coloca-se que as mulheres se encontram em situações de opressão e vulnerabilidade em períodos de crise, justamente por tentar compensar essa crescente pobreza e perda econômica trazida pela globalização, buscando novas estratégias de sobrevivência e de auto exploração (DAMIAN, 2002, p.4).

Porém, entende-se insuficiência da Segurança Humana para tratar das questões de gênero como questões de suma importância para o bem-estar dos indivíduos. Nesse sentido, Betty Reardon, coloca que a construção da paz para as mulheres se encontra na existência de cumprimento de necessidades fundamentais, levando em conta que as necessidades dos homens e a segurança deles é comumente colocada em primeiro lugar (2015, p. 139). Nessa linha de discussão, a autora Mary Caprioli (2004, p.01), usa o termo Segurança Feminina justamente como a democracia e os direitos humanos acabam gerando uma hierarquização entre os gêneros por se colocarem como neutros. Acontece que mesmo uma abordagem centrada nos indivíduos ainda vem falhando no tocante as questões de gênero e dificilmente encontra-se uma distinção específica sobre de que forma os homens e mulheres que são afetados pelos mesmos cenários. Isso acontece, porque a SH está voltada para uma análise que, ainda que mais complexa sobre segurança, acaba sendo superficial para analisar as relações entre o sistema internacional e grupos específicos de indivíduos. Tendo isso em mente, pode-se seguir a linha de Úrsula Oswald Spring (2008, p.16), que aponta que as

diferenças entre a SH e a chamada Segurança de Gênero, estão nos objetos de estudo (segurança para quem?), nos valores (segurança de que?) e nas ameaças (Segurança contra quem?). A serem desenvolvidos a seguir.

Primeiramente, tratando-se dos objetos de estudo, a abordagem a partir da Segurança Humana tem sua análise direcionada aos indivíduos no geral. Como dito anteriormente, é um grande passo para mudanças dentro da área da segurança internacional principalmente por questionar a tradicional visão estado-cêntrica e militarizada. Porém, essa perspectiva apresenta um lapso na capacidade de entender demandas específicas de um determinado grupo, no caso, das mulheres, pois a acaba reduzindo diferenças a unidade (YOUNG, 2012, p.170). Novamente, tem-se que a perspectiva neutra da segurança humana permite que opressões de gênero sejam mascaradas por soluções pontuais de problemas estruturais. Por isso, a proposta de se falar em Segurança de Gênero, já que seria uma alternativa para pensar os impactos das atividades internacionais nas mulheres, vice-versa.

Nesse caso, a Segurança de Gênero apresenta como objeto de estudo as próprias relações de poder entre homens e mulheres considerando que as ameaças existentes no mundo neoliberal são consolidadas pelo abuso do poder, onde um sistema de discriminação e estigma domina e ameaça a igualdade e a equidade tanto de gênero, quanto de outras minorias como em relações de classe e de raça (OSWALD, 2008, p.16). A importância dessa abordagem é a sua capacidade de fazer uma análise mais profunda sobre dificuldades enfrentadas por minorias para conseguir agir de forma mais consciente na promoção do desenvolvimento e da paz.

Agora, trazendo o critério dos valores dessas abordagens, entende-se que a Segurança de Gênero procura promover um aprofundamento da Segurança Humana, principalmente partindo da noção de que as experiências femininas apresentam conteúdo diverso e útil para se pensar uma vida digna para os indivíduos (SKJELSBÆK, 1997, p.6). Isso porque ambas se encontram num objetivo final que é a busca por formas de garantir uma vida digna e de qualidade para os indivíduos, livre de temores e necessidades e com pleno acesso aos Direitos Humanos. No entanto a Segurança de Gênero acredita que outros elementos fundamentais devem ser agregados nas propostas para garantir essa qualidade de vida, e neles se incluem a solidariedade, identidade, equidade e também a representação social. Nesse sentido, as duas abordagens não estão tão distantes em seus apontamentos, mas

a segurança de gênero acaba sendo mais completa por trabalhar questões mais estruturais, como os efeitos do patriarcado. Por isso um desafio central para as críticas feministas se baseia nas críticas tradicionais ressaltando a importância de se reduzir as violências estruturais e diretas que afetam as mulheres (MCKAY, 2004, p.169).

Por fim, as principais diferenças entre essas duas abordagens residem naquilo que consideram como ameaça a segurança tanto internacional quanto dos indivíduos. Como a segurança humana está lidando principalmente com a reestruturação da ordem mundial, naturalmente, apresenta um olhar superficial para lidar com novos problemas e demandas. Muitas das preocupações da SH refletem sobre questões caóticas como a pobreza, crises econômicas, questões sanitárias e migrações, pois são questões latentes dentro dessa nova era. Para Úrsula Oswald Spring, ameaças para a segurança humana passem a abarcar agendas como o terrorismo e a opressão que pode vir do próprio Estado, mas principalmente a fome e a pobreza gerados pelo sistema de globalização (2015, p.53). Outra questão importante para se relacionar com a segurança humana, é que ela é componente fundamental para se reconstruir cenários instáveis e até pós conflito, com os moldes neoliberais de mercado e democracia, e portanto, essas novas preocupações são parte da exportação de liberdades condizentes com o contexto onde se inserem.

Já a segurança de gênero, encontra na sua principal ameaça justamente na estrutura patriarcal. E, por ser um debate que se insere no período de abertura dos ESI, aproveita-se para ressaltar que ainda que a estrutura seja capaz de oprimir constantemente as mulheres, percebe-se que em cenários de crise, as mulheres sofrem com mais intensidade as consequências do que os homens.

Durante as décadas passadas, muitas nações do Sul sofreram com o empobrecimento, destruição de meio ambiente, migrações forçadas, êxodo rural causado pela desertificação, baixos preços para produtos agrícolas, guerras e outros desastres. Como consequência, esses eventos têm forçado mais e mais mulheres a assumir deveres envolvidos com estratégias de sobrevivência (OSWALD, 2008, p. 16)⁹

Além disso, a liberdade que se tenta promover através da segurança de gênero está relacionada também com a liberdade contra outras instituições que, submetidas as mesmas estruturas, também reforçam estereótipos de gênero, como o caso da Igreja e o

⁹ Tradução livre da autora. Do original: *Throughout the past decades many Southern nations have suffered from impoverishment, environmental destruction, forced migration, and depopulation of rural areas due to desertification, low agricultural prices, wars, and other disasters. Consequentially, these events have forced more and more women to assume the duties involved with survival strategies.*

Estado. Também se busca a liberdade contra a cultura dominante machista que permite discriminação e violência. E por fim, busca-se desenvolver uma cultura de paz voltada para o diálogo e a construção coletiva de uma consciência de gênero, como parte da construção da segurança internacional (BOULDING, 2001, p.55).

De acordo com Úrsula Oswald Spring (2016, p.17) o desenvolvimento de uma sociedade preocupada com os desdobramentos da violência estrutural e direta, demanda participação ativa dos indivíduos. Ao mesmo tempo que os próprios indivíduos podem e devem começar a promover uma cultura de paz e de resoluções não violentas para seus desentendimentos, abrindo espaço para o diálogo e a tolerância, o mesmo deve acontecer a nível Estatal. Os nossos representantes devem promover essa cultura de paz através de mudanças no modelo educacional e com políticas públicas capazes de incluir e atender minorias. Também, deve-se pensar na importância da representatividade e envolvimento, não só na política, mas em outros trabalhos e no cuidado das tarefas domésticas. A quebra dessas relações hierárquicas a nível interno e estatal é capaz de transbordar para o nível internacional.

Tendo isso em conta, entende-se que para a análise que se dará no momento seguinte deste trabalho, será necessário abordar em conjunto as perspectivas de segurança humana e segurança de gênero, para direcionar o olhar especificamente para as dificuldades enfrentadas por mulheres na América do Sul. Isso porque, ainda que a segurança humana tenha tido sucesso em promover uma análise a nível individual, ainda é preciso levar suas propostas a um entendimento mais específico sobre o cerceamento de liberdades dos indivíduos, já que muitas mulheres são afastadas de recursos, simplesmente por serem mulheres. E também, entende-se que o desenvolvimento dos ESI permite se pensar na construção da paz e da segurança internacional a partir de territórios que não necessariamente estejam envolvidos em conflitos diretos, porém que apresentam suas vulnerabilidades e peculiaridades, para poder agir de forma a prevenir o escalonamento de conflitos.

4 CAPÍTULO DE ANÁLISE

A Segurança Humana trouxe novas perspectivas para os ESI, permitindo a

inserção de uma agenda voltada para a dignidade e o bem-estar dos indivíduos. Conforme Raquel Maria Rocha, a expressão “segurança humana” surgiu no início dos anos 1990 como um dispositivo intelectual e instrumento de ordem jurídica nas relações internacionais no intuito de apresentar propostas relacionadas à proteção, aos direitos e bem-estar individual. Consolidou-se, posteriormente no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 1994, como segurança com foco no indivíduo e suas liberdades. Desse modo esse documento é considerado como o marco na emergência de abordagens que pretendem a garantir aos indivíduos direitos inalienáveis. Sendo assim,

Segurança humana deve ter dois aspectos principais. Isso quer dizer, primeiro, segurança de ameaças crônicas como fome, doença e repressão. E segundo, quer dizer proteção de distúrbios abruptos e danosos da vida diária – seja na casa, no emprego ou em comunidades. Tais ameaças podem existir em todos os níveis de renda e desenvolvimento (UNDP 1994, 23)

Mediante esse pensamento, notou-se que novas questões relacionadas à saúde, à educação, ao desemprego, à miséria, o acesso à justiça e aos fluxos migratórios deveriam ser inseridos e entendidos como aspectos importantes a serem levados em conta para garantir a construção da paz internacional. Nesse sentido, o “[...] conceito de segurança deve mudar – de um foco exclusivo em segurança nacional para maior ênfase à segurança das pessoas, da segurança através dos armamentos para segurança para desenvolvimento humano, de segurança territorial para comida, emprego, e segurança ambiental” (UNDP 1993, 1-2). Isso permitiu que se pensasse a Segurança Humana mediante uma análise a nível interno dos Estados, algo que não era trabalhado anteriormente nas vertentes tradicionais de Segurança Internacional, para transportar os reflexos de vivências internas para o âmbito internacional e vice-versa.

A fim de ampliar as perspectivas e as discussões relacionadas a Segurança Humana, outro aspecto torna-se relevante e atual, e deve ser inserido na pauta das discussões que permeiam o campo dos ESI, aquele que aponta para a inserção da Segurança de Gênero. Isso ocorre porque, mesmo com os avanços no sentido de incluir os indivíduos na pauta da Segurança Internacional, a neutralidade em relação às questões de gênero mantiveram-se. Como consequência, manteve-se e incentivou-se o patriarcado, a hierarquização e a competição entre indivíduos, fazendo com que princípios de classificações

e opressões emergissem interferindo nas formas de organização em vários setores e instituições. Os Estados, por sua vez, não ficaram isentos dessa situação. Sendo assim, para Joan Scott, “Estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social” (Scott, 1995, p. 88) e nesse modelo estrutural, complementa Antunes,

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens que trabalham são, desde a infância e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mundo do trabalho. (ANTUNES, 1999, p.109)

Diante dessa realidade, pode-se dizer que são esses os valores que permitem a relação de dominação do gênero masculino sobre o feminino, fazendo com que os homens sejam favorecidos tanto no âmbito interno dos Estados quanto no internacional, principalmente, garantindo a eles maior espaço nos postos de tomada de decisão. Dessa forma, a continuidade da opressão de gênero reside nas relações de poder entre os indivíduos, que permite, no âmbito interno, a hierarquização de homens acima de mulheres e, no internacional, a falsa possibilidade de se pensar a atuação dos Estados a partir da imparcialidade para com seus indivíduos.

Sabendo que o sistema patriarcal se mostra presente em muitos países da América do Sul e que essa forma de ação contribui para a continuidade da opressão de gênero, o que resulta na violência direta e também no afastamento de mulheres da educação e das suas demandas do âmbito político, afetando suas relações sociais, esse capítulo propõe apresentar uma análise dos países da América do Sul no que diz respeito a equidade de gênero, comprovando que a recorrência da opressão de gênero na região caracteriza a situação como alvo de Segurança Internacional e Segurança de Gênero. Nota-se que a América do Sul é ambiente crucial para a aplicação desta análise, na medida em que ela é uma região que apresenta países com diferentes realidades e que mesmo assim tem a opressão de gênero como recorrente, comprovando seu caráter internacional. Também, por apresentar cenários de instabilidade econômica e problemas sociais, que cabem a análise principalmente pela situação de crise que todos esses países enfrentam a partir dos anos 80, e que está ligada ao avanço do processo de globalização, considerada perversa para os países emergentes (SANTOS, 2000, p.37).

Para tanto, optou como proposta metodológica a análise de dados coletados a partir de diversas fontes como o Banco Mundial, CEPAL, OECD, PNUD e outras

organizações, para demonstrar a discrepância no acesso a determinados recursos por parte de mulheres, no sentido de apresentar a Segurança de Gênero como alternativa para a mudança desse cenário. Mediante essa análise, observa-se que a flexibilização dos ESI atuam como ferramenta para a prevenção do escalonamento de violências indiretas para diretas e sua aplicação tanto em cenários pós conflito, quando em cenários instáveis por outras questões conjunturais.

A análise a seguir leva em conta os primeiros quinze anos do século XXI como parâmetro da situação da América do Sul, passado o período de Guerra Fria e a definitiva inserção desses países como atores internacionais, e principalmente, participantes de instituições internacionais e bancos mundiais e como receptores cada vez mais assíduos de informações e conteúdos externos, fruto da globalização. Esse período que vem em conjunto, com o século XXI trouxe consigo uma grande interdependência de mercados nacionais, novas lógicas de contratação e liberalização do trabalho, um novo papel para as organizações internacionais e um novo olhar para os indivíduos (HIRATA, 2002, p.143).

Tendo isso em conta, este trabalho toma como ferramentas três eixos de análise baseados em dados entre 2000 e 2015. Tendo como base, critérios colocados anteriormente como fundamentais para se pensar a Segurança Humana: sociais, econômicos e políticos. Ao mesmo tempo que compara os indicadores analisados entre homens e mulheres para revelar que existe uma discrepância entre os dados. E por fim, pretende-se relacionar o alcance da Segurança Humana quando aplicado o olhar da Segurança de Gênero. Para finalmente revelar a necessidade de uma abordagem de gênero para os problemas enfrentados por mulheres no século XXI especialmente em países subdesenvolvidos, cuja posição social das mulheres acarreta numa participação limitada destas em suas vidas social, cultural e econômica (VAN DEN BOOMEN, 1964, p.3)

A seguinte análise está dividida em três eixos, um econômico, um social e um político. A escolha deles parte da cobertura de alguns tópicos que passaram a configurar os ESI após a entrada da vertente da Segurança Humana, e, portanto, estão diretamente relacionados com o bem-estar dos indivíduos. Porém, além disso, a análise pretende apresentar as disparidades de gênero como demonstração de que uma abordagem neutra não garante o bem-estar de todos os indivíduos absolutamente, sendo necessária a aplicação da Segurança de Gênero. O objetivo desta análise é partir da Segurança Humana, para inserir a

Segurança de Gênero, apresentando dados e argumentos que demonstrem a fragilidade das mulheres na América do Sul, um contexto internacional. E com isso, apresentar a importância de se pensar as estratégias regionais a partir da segurança de gênero.

Nesse sentido, dentro do eixo econômico, abarcam-se dados e considerações sobre a participação laboral de mulheres e sua relação com a dependência econômica e também com a violência doméstica. Ainda nesse eixo, toca-se na questão da capacitação proporcionada pela educação e sua relação com a empregabilidade de mulheres na América do Sul e os níveis de desemprego. No segundo eixo, a análise social apresenta questões sobre a violência contra a mulher, expressão máxima da opressão de gênero. Em seguida retrata a situação das mulheres sul americanas em questões de saúde e liberdade de reprodução, também trazendo questões de justiça e impunidade e por fim, migrações. Já o eixo político se atenta a participação de mulheres nas tomadas de decisão nacionais e internacionais, bem como a atenção a demandas femininas por parte do serviço público.

4.1 EIXO ECONÔMICO

No eixo econômico, entende-se que as relações de gênero estão permeadas pela divisão sexual do trabalho, que de acordo com Carole Pateman, associam os papéis de gênero com as posições que homens e mulheres devem ocupar na sociedade, e no mercado de trabalho (2003, p.1). Impondo as mulheres o ambiente doméstico enquanto aos homens está reservada a esfera pública e o espaço laboral. Assim, neste eixo, demonstra a existência de um *gap* econômico entre homens e mulheres que permite a continuidade da opressão de gênero, principalmente por meio da dependência econômica de mulheres para com parceiros ou parentes.

Por isso, entende-se, de acordo com o Centro Latino Americano de Demografia (CELADE), que o trabalho das mulheres se difere dos homens em três tópicos principais: (1) nas taxas de participação feminina, que são mais baixas, (2) taxas de participação feminina que variam muito de um país para outro, enquanto a dos homens permanece estável (3) quando classificadas por idade, as taxas de participação feminina apresentam grandes irregularidades (1963, p.1). Percebe-se que nos períodos mais atuais esses indicadores se repetem, como será possível averiguar nos dados a seguir, que servem de base

para entender a dependência econômica de mulheres como fator de vulnerabilidade na sociedade.

A partir disso, propõe-se uma análise a partir da relação entre a participação laboral de mulheres sul-americanas com o grau de escolaridade. Partindo do pressuposto de que quanto maior o grau de estudo, mais qualificado seria aquele indivíduo, estaria correto assumir que o maior número de empregos fosse ocupado pelo grupo mais qualificado. Porém, o caso sul-americano revela uma consistência no fato de que as mulheres são menos participantes do mercado de trabalho, mesmo quando tem mais tempo de estudo. Essa situação revela que ainda existe uma distância das mulheres do ambiente de trabalho, mesmo quando elas são qualificadas para fazer parte dele. As tabelas a seguir representam a relação entre mulheres e homens, suas escolaridade e taxas de desemprego. A tabela 1 apresenta a

Fonte: (UNPD, 2016)

porcentagem de indivíduos, nos países apresentados, que concluíram parcialmente, ou totalmente o ensino secundário. A tabela numero 2, indica a porcentagem da população ativa e sua participação no espectro do seu gênero. Já a tabela 3 apresenta a porcentagem da população ativa, que detém ensino secundário e esta em situação de desemprego.

Tabela 2 - Participação Laboral

	2000		2005		2015	
	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC
Argentina	42,60%	74,30%	56,10%	76,60%	48,40%	74,50%
Brasil	59,1,5%	82,60%	60,70%	82,40%	63,90%	56,30%
Bolívia	59,10%	81,40%	60,70%	82,30,00%	63,90%	82,50%
Chile	35,40%	74,60%	38,20%	73,10%	50,70%	74,60%
Colombia	48,60%	81,80%	45,00%	81,20%	57,90%	79,80%
Equador	51,30%	84,40%	55,30%	84,60%	49%	79,70%
Guyana	39,90%	81,60%	38,70%	82,10%	41,80%	77,20%
Paraguai	49,70%	86,70%	54,30%	85,70%	58,10%	84,60%
Peru	57,70%	82,70%	54,30%	78,90%	58,10%	82,60%
Uruguai	52%	75,80%	52,70%	74,10%	55,40%	76,30%
Venezuela	49,10%	82,40%	51,70%	79,30%	51,40%	78,40%

Fonte: (UNPD, 2016)

Tabela 3 - Desempregados/as com educação secundária completa

	2000		2005		2015	
	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	Z
Argentina	35,60%	29,80%	42,80%	36,80%	50,60%	41%
Brasil	27,3%*	18,7% *	35,20%	26,70%	45,2%***	36,9% ***
Bolívia	34,00%	.	43,50%	.	.	.
Chile	63,4***	.
Colômbia	59,30%	52,90%	58,20%	54,30%	54%**	53,9% **
Equador	50,70%	.	48,50%	.	43,3%***	.
Guyana
Paraguai	38%***	.
Peru	56,40%	.	53,40%	.	48,6%**	.
Uruguai	23,7%***	.
Venezuela	23,6%*****	.

Fonte: (WORLD BANK, 2017)

Notas: *Dados referentes a 2001

Tabela 1 - Acesso à educação secundária

	2000		2005		2014	
	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC
Argentina	46,10%	45,40%	56,10%	56,70%	63,50%	61%
Brasil	33,70%	38,60%	44,60%	42,70%	59,10%	59,60%
Bolívia	38,20%	52,60%	37,50%	48,30%	49,60%	58,70%
Chile	65,60%	67,90%	74,40%	72,50%	76,10%	76,90%
Colômbia	38,00%	34,50%	40,90%	47,70%	50,30%	52,20%
Equador	37,40%	39%	38,60%	37,60%	48,20%	49,40%
Guyana	51,40%	39,00%	55,90%	42,60%	68,10%	53,20%
Paraguai	25,20%	24,60%	39,20%	44,30%	46,20%	47,00%
Peru	50,70%	62,50%	43,60%	50,90%	56,20%	67,00%
Uruguai	52,90%	50,50%	52,40%	49,80%	55%	51,60%
Venezuela	35,30%	34%	44,30%	41,50%	72,60%	65%

** Dados referentes 2011

*** Dados referentes a 2013

**** Dados referentes a 2006

***** Dados referentes a 2012

Como é possível observar nas tabelas acima, apenas dois dos países apresentados, o Peru e a Bolívia, demonstram que as mulheres apresentaram, ao longo dos anos, menor acesso à educação. No caso dos outros países, as taxas de educação tendem a crescer favorecendo a participação das mulheres, ao passo que em 2014, no Brasil e no Chile a participação se equipara. Ainda, em quatro países as mulheres apresentam maior grau de escolaridade que homens desde os anos 2000, são eles a Argentina, Guyana, Uruguai e Venezuela. Porém, todos os países têm uma situação em comum. Em todos os casos, as mulheres têm menor participação laboral apresentam maiores índices de desemprego, independentemente do grau de escolaridade. Dessa forma, entende-se que o critério educacional, que permitiria classificar os indivíduos como mais capacitados em exercer determinadas tarefas.

Esse fator demonstra que ainda que as mulheres estejam ganhando espaço em alguns aspectos, como no caso da educação, ainda existe certa resistência da permanência delas no mercado de trabalho, seja por escolha ou por questões forçadas, ou socialmente impostas. Além disso, na mesma tabela, mostra-se que a porcentagem de mulheres que concluíram o ensino secundário e estão desempregadas, na Argentina, Brasil e Colômbia, é maior que o de homens com a mesma formação. Números alarmantes são apresentados em outros países como o Peru, Equador e Bolívia, onde mais de 40% de mulheres que concluíram o ensino secundário estão desempregadas. Esses dados demonstram a tendência de mulheres de estarem afastadas do mercado de trabalho, mesmo quando qualificadas, comprovando uma divisão sexual do trabalho, permitida pela sociedade, quando as mulheres são mantidas no âmbito doméstico (UNPD, 2016)

Além disso, de acordo com dados fornecidos pelo Fórum Econômico Mundial, em um relatório anual, sobre disparidade de gênero, as mulheres seguem recebendo salários menores do que os homens mesmo quando cumprem os mesmos trabalhos (WORLD ECONOMIC FORUM, 2015). Esse cenário perpetua a disparidade econômica entre os gêneros e tem sido percebido na região desde o início do século. Mulheres, que são comumente responsáveis pelo trabalho doméstico, caracterizado de acordo com a Organização Internacional do Trabalho como limpeza da casa, cuidados com as roupas, cozinhar, atender os dependentes e os animais domésticos e vigiar a casa (2016, p.9)¹⁰, acabam distanciadas de sua autonomia econômica, por terem que realizar sem ajuda todas essas tarefas e ainda recebem salários menores que os homens. Dados trazidos pela *Global*

¹⁰ http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_480352.pdf

Home Index perceberam que, ainda hoje, em grande parte dos países da América do Sul as mulheres costumam dedicar cerca de seis horas semanais a mais para o trabalho doméstico do que homens (DEBELJUH; MELSURADO; CARLIER, 2017)¹¹.

Nesse sentido, temos um cenário no qual, quando mulheres se dedicam ao estudo, ainda encontram dificuldades maiores que homens para ingressar no mercado de trabalho. Aquelas que ingressam, recebem salários menores para exercerem as mesmas funções e ainda, detêm uma carga de trabalho doméstico consideravelmente mais elevada. Muitas decidem trabalhar menos horas fora de casa e se dedicar ao trabalho doméstico pouco valorizado e percebe-se um regime de submissão dessas mulheres a prosperidade econômica de seus parceiros. Essa faz com que as mulheres tenham sua autonomia constantemente suprimida, o que abre espaço para o escalonamento de relações de dominação e casos de violência doméstica, que estão relacionadas, justamente porque a submissão tem a capacidade de transformar o indivíduo um objeto (CHAUI, 1980).

Tendo isso em conta, a CEPAL coloca a autonomia econômica das mulheres como

condição necessária para o desenvolvimento sustentável [...] resultado de sua capacidade de obter renda própria e dispor de seu tempo, pois permite que elas —em muitos países, com nível de educação superior ao dos homens— possam participar eficazmente das necessárias tarefas de transformação da matriz produtiva, da inovação, da sociedade do conhecimento e do desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões.

Assim, entende-se que a recorrência de dados comprovando a sanção da autonomia das mulheres no contexto da América do Sul, deve ser encarada como pauta para a Segurança Internacional, especificamente, no que condiz com a Segurança Humana e a Segurança de Gênero. Primeiramente por comprovar a existência de um sistema hierarquizado por relações patriarcais e principalmente ao permitir pensar nas possibilidades de transformar as demandas econômicas das mulheres, pautas de cooperação regional e promover a atuação conjunta de países com problemas similares para garantir uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho.

4.2 EIXO SOCIAL

¹¹ http://www.globalhomeindex.org/informes/english/primer_informe/index.html

A vida das mulheres é afetada pela falta autonomia em diversos aspectos. Nesse sentido, pretende-se fazer uma análise do âmbito das relações sociais da vida de mulheres sul americanas, tanto no âmbito doméstico quanto no público, no sentido de perceber de que forma se manifesta a opressão de gênero. Dessa forma, pretende-se analisar a partir dos dados, em quais ambientes e instituições as mulheres se veem afetadas pela disparidade de gênero, ou sofrem alguma forma de violência simplesmente pelo fato de serem mulheres.

Para isso, apresenta-se uma análise de aspectos da vida dessas mulheres e violência contra a mulher na região, assim como alguns esforços para combater-la, por parte dos países sul-americanos. Em seguida, toca-se em questões de saúde da mulher, como pauta fundamental para entender a opressão de gênero em situações enfrentadas exclusivamente por mulheres, principalmente, com questões de saúde reprodutiva. Essa seção também aborda, brevemente, questões relacionadas à impunidade e o serviço da justiça para com mulheres vítimas de violência. E por fim, apresenta-se as mulheres migrantes na região e suas peculiaridades no que diz respeito a violência de gênero.

A vida doméstica das mulheres sul americanas está fortemente relacionada ao cuidado da casa e dos filhos, o que faz com que muitas mulheres trabalhem fora de casa por períodos menores, podendo dar atenção as tarefas domesticas. De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde, em relatórios emitidos bianualmente desde 2007, as mulheres trabalham em jornadas menores do que homens em diversos países da América do Sul, como Brasil, Bolívia, Chile, Venezuela e Uruguai. Esses dados se mantem e se refletem nos dias de hoje, nas horas empregadas a trabalhos não pagos, onde mulheres dedicam muito mais tempo da sua carga total de trabalho diário a tarefas domesticas do que homens. Dados coletados a partir do Observatório para Desigualdade de Gênero da CEPAL (2017)¹² revelam que na Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Uruguai, as mulheres dedicam muito mais tempo as tarefas do ambiente privado do que os homens. Ainda de acordo com o relatório emitido pelo observatório, existe uma crescente participação feminina no mercado de trabalho, porém, não existe uma contrapartida no aumento das horas dedicadas ao serviço doméstico por parte dos homens, situação que acarreta numa barreira para a participação equitativa de mulheres no mercado e no desenvolvimento de uma autonomia para as

¹² <https://oig.CEPAL.org/es/indicadores/tiempo-total-trabajo>

mulheres. Esses fatores levam a perceber, de acordo com o Global Home Index, em seu relatório feito para o ano de 2016, que as mulheres na América do Sul têm uma sobrecarga de cerca de cinco horas semanais a mais de trabalho doméstico que os homens, como é o caso da Argentina, Brasil e Equador (DEBELJUH; MELSURADO; CARLIER, 2017).¹³

Tendo isso em conta, é possível relacionar a falta de autonomia das mulheres com os altos índices de violência doméstica apresentados pelos países sul-americanos. De acordo com a ONG Internacional COHRE em seu relatório “*A Place in the World*”, a dependência econômica aparece como principal motivo para que mulheres que já foram agredidas sigam com seus parceiros, tanto no Brasil, quanto na Argentina e na Colômbia (2010, p.5)¹⁴. Muitas mulheres afirmam que não teriam para onde ir, ou como se sustentar caso deixassem seus companheiros.

Dessa forma, os gastos e as atividades das mulheres acabam dependendo de certa permissão por parte do parceiro, como para ver parentes, sair de casa ou ter uma conta no banco (WORLD BANK, 2017) relação que perpetua a submissão feminina de tal forma, que em diversos países da América do Sul, como Brasil, Bolívia, Chile e Colômbia, cerca de 10% das mulheres acreditam que seja justificável apanhar de um parceiro. Em outros países como o Equador e Peru, os índices são de 25% e 34% respectivamente (OECD, 2015)¹⁵. De acordo com a Cepal, no ano de 2014 foram registrados na Argentina mais de 200 feminicídios, na Colômbia os números se aproximaram a 150 e em outros países como Peru, Equador e Bolívia, quase 100 (CEPAL, 2015)¹⁶. feminicídio é caracterizado subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante.”, (CPMI-VCM, 2013, p.7). Por isso, a recorrência de crimes com essas características apresenta a violência doméstica nesses países como algo naturalizado e que pode facilmente escalonar para a morte de mulheres, que são tomadas como objeto de dominação masculina.

¹³ http://www.globalhomeindex.org/informes/english/primer_informe/index.html

¹⁴ https://issuu.com/cohre/docs/cohre_a_place_in_the_world

¹⁵ <https://data.oecd.org/inequality/violence-against-women.htm>

¹⁶ <https://www.GV.org/es/infografias/femicidio>

A violência de gênero está presente nos países sul-americanos, de tal forma que se tornou uma Violência Cultural, termo utilizado por Johan Galtung (1990, p.291) para descrever situações de violência física e psicológica que passam quase despercebidas pela sociedade, muito pelo fato de que foram assimiladas como naturais pelos indivíduos. Por isso, torna-se visível a importância da Segurança de Gênero como uma alternativa ao modelo neutro de cuidado com os indivíduos, e principalmente, como ferramenta para atacar uma estrutura que já está fortemente assimilada pelos indivíduos, e que permite a recorrência de opressões de gênero.

Isso fica evidente ao se tratar da questão da impunidade em casos de crimes caracterizados pela violência de gênero. A ONU Mulheres, em conjunto com a ACNUDH e a UNETE, lançaram um relatório sobre violência de gênero na América do Sul onde apontam os principais motivos que levam esses casos a serem negligenciados¹⁷. A primeira questão levantada é justamente a posição de operadores judiciais que buscam estereotipar e culpabilizar as vítimas. Em seguida, tem-se um sistema judicial lento e negligente com coletas de provas e identificação de vítimas e responsáveis, além da perda de documentos. E por fim o tratamento inadequado de vítimas e familiares que decidem cooperar com os casos, mas que muitas vezes tem seus depoimentos tratados como pouco credíveis.

Outra questão a ser levada em consideração dentro da análise social da vida de mulheres latino americanas é a questão da saúde. No que diz respeito ao acesso e ao recebimento de demandas de saúde exclusivas ao sexo feminino nesses países. De acordo com a OMS, os papéis de gênero podem ser fatores determinantes para se pensar o acesso das mulheres a saúde e a garantia do bem-estar mental, físico e social (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015)¹⁸. Nesse sentido coloca-se que a coleta de dados e estudos sobre a saúde dos homens estão comumente relacionados com questões de classe social, ao passo que os estudos relacionados a saúde da mulher estão associados aos papéis de mãe e esposa (ARTAZCOZ, 2002, p.185). Isso contribui para a visão estereotipada de que os homens têm uma relação mais profunda com o trabalho e a renda, do que as mulheres. Mas, ao mesmo tempo, a coleta desses dados permite perceber a opressão de gênero justamente no espaço onde a atuação feminina é mais forte, devido a toda a organização patriarcal da sociedade, que

17

18 <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs403/es/>

a família, e juntamente com isso, a reprodução. O instituto ainda propõe um rompimento desses paradigmas, colocando que o trabalho pode proporcionar a mulheres uma sensação de bem-estar, por criar uma nova rede de relacionamentos, satisfação e independência econômica (ARTAZCOZ, 2002, p.189).

Neste trabalho, utilizam-se os dados coletados para demonstrar a existência de opressão no âmbito da saúde, que ocorre pelo fato de mulheres estarem, na sua maioria, fadadas a opressão, simplesmente por causa do seu gênero. Por isso, no tocante a reprodução, entende-se que as mulheres sofrem com a negligência dos serviços de saúde, que deveriam fornecer cuidados que vão desde o planejamento familiar, até os cuidados pré-natais e durante o parto e também um acompanhamento posterior. O que se percebe, é uma falha geral nesses processos, começando pelo aconselhamento familiar, no qual, de acordo com a USAID entre 2003 e 2008 cerca de 60% da população boliviana não recebeu cuidados satisfatórios para planejamento familiar, já no Peru, são cerca de 40% entre 2007 e 2011 e na Colômbia cerca de 15% entre 2010 e 2015. Ainda nessa linha, de acordo com a Organização Pan-americana de Saúde, em países como Equador, Colômbia e Bolívia e Peru, cerca de 20% das mulheres tiveram um segundo filho em menos de 24 meses depois de terem um primeiro entre os anos de 2000 e 2010.

Nesse sentido, o assunto da interrupção da gravidez deve ser abordado como questão de saúde reprodutiva e autonomia das mulheres sobre seus corpos e vidas. De acordo com números registrados pela x, na América do Sul, 34% das gestações terminam em abortos, isso, e pensando que existe uma recorrência de casos de abortos inseguros, esse número pode subir ao se pensar em casos que nem chegam a ser registrados. Por isso, é importante considerar que a prática clandestina de interrupção de gestações é recorrente na América Latina, e, que sem devido cuidado as mulheres, principalmente mais pobres, estão correndo sérios riscos que vão desde hemorragias internas e infecções, até choques sépticos e a perfuração de órgãos internos, conforme o instituto Guttmacher (2017).

Ressalta-se que dentre os países da América do Sul, apenas o Uruguai oferece o serviço de interrupção da gravidez sem restrições. Em alguns países como no caso do Brasil, Chile, Paraguai e Bolívia, o aborto apenas é permitido em caso de risco para a vida das mulheres, má-formação do feto ou em casos de estupro, em outros países as leis são ainda mais restritas. Isso faz com que na América do Sul, de acordo com a OMS cerca de 30 a cada

1000 mulheres façam um aborto inseguro (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015). Essa situação demonstra que o domínio das mulheres está presente nas instituições estatais, através de leis que determinam os limites da sua autonomia perante a reprodução. Também, entende-se que há espaço para diálogos entre os países latino americanos sobre como abordar essas questões, impulsionando a região para a Segurança de Gênero.

Ainda, dados comprovam altos índices de mortalidade materna na região, o índice que representa o número de mulheres que morrem no parto a cada 100.000 e parte do Banco Mundial, registra uma recorrência de mais de 200 por ano na Bolívia, desde 2010. Em seguida, no Paraguai, os números ficam por volta de 130 mulheres e na Venezuela, beiram as 100 (WORLD BANK, 2017). Já no Brasil e Argentina, são cerca de 50 mortes por ano e os números são menores no Chile e no Uruguai. Nessa linha, o Banco Mundial também registrou o número de mortes de mulheres durante o período de gestação, ou até 42 dias após o parto, e nesses índices o Brasil aparece com números surpreendentes, que ultrapassam as 1300 mortes por ano, desde 2007. Enquanto a média, durante o mesmo período, da Argentina e Peru está entre 400 e 450 mortes por ano e o Chile e Uruguai com números muito baixos (WORLD BANK, 2017).

Por fim, apresentam-se os deslocamentos voluntários ou forçados de mulheres sul americanas como parâmetro de opressão de gênero, considerando que o novo modelo socioeconômico neoliberal trouxe importantes transformações nas dinâmicas migratórias da região (MAGLIANO; ROMANO, 2009, p.102) que afetaram as mulheres de forma específica. Primeiramente, porque, no âmbito familiar, onde a subordinação feminina está fortemente presente, a hierarquização afeta a decisão de migrar ou não. O controle de recursos e informações por parte dos homens pode, facilmente, apoiar, desencorajar ou prevenir a migração de uma família, ou mulher (BOYD; GRIECO, 2003, p.4).

No caso sul-americano, percebe-se que a onda de desempregos e a continua precarização do trabalho aumentou a participação feminina nos movimentos migratórios da região, convertendo as migrações numa estratégia de sobrevivência para muitas mulheres (MAGLIANO; DOMENECH, 2009, p.59). Mesmo assim, de acordo com a Organização Mundial para a Migração, a possibilidade de mandar dinheiro para seu país de origem afeta profundamente a decisão de migrar ou não, tanto para homens quanto mulheres. Porém, no caso das mulheres, por causa de papéis sociais de gênero, elas são mais pressionadas a se

responsabilizar pela família deixada para traz e portanto, se submetem a piores condições de vida e trabalho (2010, p.2). Entende-se que as migrações podem acontecer tanto dentro do próprio país, quanto para fora dele.

Nesse momento, cabe introduzir um modelo de migração forçada recorrente na América do Sul, o tráfico internacional de mulheres. Entende-se que o principal motivo do sequestro de mulheres para o tráfico de pessoas está relacionado com a exploração sexual. De acordo com a UNODC, no tocante ao tráfico de pessoas na América do Sul, a maior parte do número de vítimas são mulheres¹⁹. Dados apresentados pela instituição apresentam que dos casos confirmados de tráfico de pessoas no Peru entre 2010 e 2011, cerca de 230 mulheres foram sequestradas, compondo 80% das vítimas. Na Colômbia a mesma porcentagem aparece entre 2010 e 2012. Em países como Argentina e Uruguai, entre 2010 e 2013, mais de 60% dos casos tinham mulheres e meninas como vítimas. Esses dados apresentam uma forma de opressão e dominação do corpo feminino, da forma mais abusiva possível, através da exploração sexual, colocando a prostituição como uma forma de demonstrar a supremacia sexual masculina, que deve ter acesso aos corpos femininos como se fossem um mercado (PATEMAN, 2003, p.285). Ainda, entende-se que a união dos países sul-americanos para se posicionar contra essa violência depende de processos de cooperação pautados na fiscalização efetiva de suas fronteiras e com programas de denúncia, conscientização e apoio para vítimas.

Fica perceptível que as mulheres sofrem uma serie de violências de gênero no tocante do eixo social. Os dados apresentados ao longo dessa seção demonstram que as mulheres estão de fato inseridas num sistema patriarcal que atinge a região como um todo. Nesse sentido, existe uma necessidade urgente de se pensar a política nacional e internacional a partir do viés de gênero, permitindo uma construção solida da segurança de gênero na região. Por isso, no próximo eixo, trata-se da participação política de mulheres nos países da América do Sul, para entender a importância da representação e atuação política de mulheres como ponte para a Segurança de Gênero.

4.3 EIXO POLÍTICO

Nesta seção, demonstra-se a relação entre a falta de representatividade

¹⁹ http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/Glotip16_Country_profile_South_America.pdf

política das mulheres na América do Sul como uma comprovação do caráter patriarcal das instituições estatais. Por isso, entende-se que a falta de pautas femininas nos espaços políticos de tomada de decisão, também no setor jurídico e na implementação de políticas públicas de gênero, tem causado impactos negativos na vida das mulheres sul-americanas. Assim, o eixo político aborda, num primeiro momento, a importância da inclusão de mulheres nas tomadas de decisão e, em segundo momento, apresenta dados comprovando a reduzida participação política de mulheres, principalmente em cargos elevados, e depois a necessidade da atuação de mulheres na implementação da política internacional na região.

Dessa forma, entende-se que as diferenças de oportunidades para que mulheres componham o espaço político ainda está muito relacionada com os papéis de gênero socialmente construídos, onde mulheres devem servir ao âmbito doméstico e homens ao público (OKIN, 2008, p.307). Nesse sentido, pode-se argumentar que a participação feminina é imprescindível para se pensar uma políticas inclusivas de gênero, justamente pela necessária atitude de tornar aquilo que é pessoal, político (VARIKAS, 1997, p.9). Como percebido nas seções acima, muitas mulheres sofrem com a violência de gênero, física e psicologicamente, dentro de espaços que deveriam proporcionar segurança e bem-estar, como a casa, a escola e os hospitais. Muitas dessas formas de violência acontecem simplesmente pelo fato de serem mulheres. Por isso, é importante a inserção dessas pautas que são compreendidas como essenciais para a segurança de mulheres e vividas por elas diariamente, permitindo que as mulheres sejam agentes de mudança dentro de suas comunidades e seus países.

Ao coletar dados referentes a participação política na América do Sul é possível perceber um aumento significativo na participação de mulheres em cargos de poder nos parlamentos. Entre os anos 2000 e 2015, no Paraguai, os números subiram de 2,5% de cargos ocupados por mulheres, para 15%. Países como Brasil e Colômbia praticamente dobraram o número de mulheres, ficando com 9,9% e 19,9% respectivamente em 2015. Ainda mais impressionante são os dados da Bolívia e Equador que conseguiram 53,1% e 41,6% em 2015. Porém, esses números revelam alguns fatores a se levar em consideração. Em diversos indicadores acima, como cuidados com saúde da mulher, escolaridade e violência doméstica, tanto a Bolívia quanto o Equador foram apresentados em situações precárias no tocante a opressão de gênero, e ainda sim, são os países com maior número de representantes políticas mulheres.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, assim como os papéis de gênero são construídos socialmente, os pensamentos e atitudes dos indivíduos inseridos nesse sistema patriarcal acabam refletindo isso. Além disso, outros espaços além da política e da família, como as escolas, igrejas e hospitais acabam conduzindo os indivíduos a reproduzir os papéis de gênero, tanto homens quando mulheres. Situação que culmina em atitudes mais conservadoras mesmo por parte de mulheres que chegam ao poder, evidenciando a necessidade de se enfrentar a estrutura patriarcal em todos os espaços. De qualquer forma, a inclusão de mulheres nos espaços políticos é um passo fundamental para a entrada de pautas de gênero, e não apenas por serem mulheres, mas porque, existem mulheres muito capazes de atuar politicamente nesses países, que aos poucos devem passar a ocupar espaços nos debates e construções de políticas públicas.

Ainda, outros espaços de poder ainda apresentam números pouco significativos de mulheres, como nos casos de ministérios, onde raramente os assentos são ocupados por mulheres. Enquanto Chile apresentou, em 2015, o maior número de mulheres nesses cargos da região, com cerca de 35%, outros países mal ultrapassam os 20% e em alguns casos como o Paraguai, a participação é de 7% apenas (OECD, 2017)²⁰. O mesmo acontece no sistema judicial e em outros cargos menores de governo. A mulher tem pouca participação tanto na base de construção de leis, quanto na implementação de políticas públicas de gênero. No caso de cortes supremas, o Chile apresenta uma porcentagem considerada alta se comparada com os outros países de 21% da composição da corte por mulheres. Ainda existe um longo caminho a se percorrer (OECD, 2017)²¹.

Ao pensar essa situação, levada ao sistema internacional, tem se que, as propostas de cooperação e de transbordamento de políticas internas, apresentam as mesmas características da forma como as coisas são conduzidas no âmbito interno, ao não levarem em conta as demandas de mulheres para pensar em questões sofridas exclusivamente por indivíduos do sexo feminino. Ainda que no passado contássemos com um número maior de presidentas na América Latina, os números caíram, restando hoje apenas uma, Bachelet no Chile. Mas, ainda sim, o presente século contou com o maior número de presidentes mulheres ao mesmo tempo na América do Sul, assim como contou com um aumento da participação de

²⁰ <http://stats.oecd.org//Index.aspx?QueryId=79620#>

²¹ <http://stats.oecd.org//Index.aspx?QueryId=79622>

mulheres na política em geral. De acordo com a representante da ONU Mulheres no Brasil, em entrevista a BBC, a democracia precisa da participação real de mulheres para estar completa, e todos aqueles que exercem a liderança política devem estar comprometidos com a plataforma de direitos das mulheres, como uma prioridade política (GASMAN, 2016).

Também é importante ressaltar, que mesmo a partir do eixo político, as mulheres podem, e devem, levar a cabo demandas políticas, mesmo quando não assumem cargos políticos especificamente. O envolvimento em questões da comunidade e o levantamento de demandas para comporem a agenda política local e até nacional faz parte da atuação de cada mulher para atingir uma mudança estrutural para questões de gênero. Além disso, é necessário um compromisso diário com a luta contra a opressão de gênero, no sentido de manter aberto o diálogo e o empoderamento feminino como formas de se perpetuar uma cultura de paz.

4.4 CONCLUSÃO DA ANÁLISE

O encerramento desse capítulo vem para corroborar com os dados apresentados no sentido de afirmar que, após trazer para algumas indicadores sociais, políticos e econômicos colocados pela Segurança Humana como fundamentais para se garantir uma vida digna e o bem estar dos indivíduos, as mulheres se apresentam em posição de inferioridade. Demonstrando a recorrência da opressão de gênero no sistema internacional.

Nesse sentido, ainda que exista um esforço da Segurança Humana em acatar demandas dos indivíduos, o trabalho fica incompleto quando negligencia a violência de gênero, nas suas diversas facetas. Entende-se, portanto, que a Segurança Humana precisa sofrer algumas readequações para inserir pautas de gênero nas suas propostas para poder servir de fato ao interesse de indivíduos que compõe o sistema internacional.

No caso da América do Sul, as mulheres enfrentam as desigualdades de gênero como parte do seu dia a dia. Fica evidente, a partir dos dados, que a desigualdade de gênero faz com que mulheres sejam afastadas de espaços de tomada de decisão e também do mercado de trabalho. As mulheres sul-americanas se encontram vulneráveis economicamente, vítimas do desemprego e da dependência econômica, tem acesso limitado a cuidados de saúde específicos para o gênero feminino e acompanhamento pré natal de qualidade, tem pouca participação política e sofrem com a negligência por parte da justiça. Dessa forma, se

comprova a necessidade de uma expansão por parte da Segurança Humana para trabalhar com perspectivas de gênero e fornecer uma atenção igualitária aos indivíduos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inserindo-se na concepção atual que leva em conta temas relacionados à mulheres e conflitos contemporâneos, essa pesquisa traz discussões relacionadas a aproximação entre estudos de gênero e as Relações Internacionais, bem como à necessidade de inserção de temas mais abrangentes que levem em conta à consciência de gênero como pauta possível entre as prioridades nos Estudos de Segurança Internacional. Nesse sentido, concebendo o mundo assimétrico, ou seja, como espaço socialmente construído por relações de poder que se consolida por uma lógica de dominação - alocando uns em posição privilegiada em detrimento a outros em posição desprivilegiada - buscou-se promover com esse trabalho: discussões sobre a igualdade entre os sujeitos que recebem a Segurança Internacional. Estudos nesse sentido inserem-se em discussões mais amplas que superam o conceito universal de indivíduo, em sua forma hierárquica, naturalizada e normativa, já que os indivíduos, independente das classificações, sofrem os impactos das decisões internas e internacionais dos Estados.

Colocadas as discussões acima, essa pesquisa teve por objetivo demonstrar que existe espaço e a necessidade de se inserir pautas referentes à consciência de gênero nos Estudos de Segurança Internacional. Principalmente porque o debate sobre gênero se apresenta como proposta para quebrar com o conceito universal de indivíduo e como forma de promover a igualdade entre os sujeitos que recebem a Segurança Internacional. Nesse sentido, perspectivas de gênero para os Estudos de Segurança Internacional apontam que os homens e mulheres sofrem impactos diferentes a partir do que acontece no cenário internacional e, por isso, a construção da paz internacional está diretamente ligada ao atendimento das demandas desses dois grupos.

Da mesma maneira, a forma como os Estados se posicionam perante o Sistema Internacional está diretamente ligada com as formas em que as relações sociais são conduzidas internamente a ele. Por isso, entende-se que a propagação de ideais de igualdade de gênero no âmbito interno dos Estados, gera uma demanda recíproca do cenário

internacional.

Dessa forma, a teorização do Feminismo nas Relações Internacionais apresenta críticas às teorias tradicionais, principalmente ao realismo, que coloca a entidade estatal como único receptor e construtor das dinâmicas internacionais (BOOTH E WHEELER, 2008, p.143), excluindo o papel dos indivíduos nesse processo. Ainda, para essas teorias, a única forma na qual o Estado pode estar seguro é investindo militarmente em formas de se defender de ameaças internacionais e também estando pronto para atacar, caso seja necessário. Nesse sentido, o Feminismo desafia as perspectivas tradicionais das RIs por criticar a concepção de que o Sistema Internacional é composto por “homens soberanos”, representados na figura do Estado (TADJBAKHSI, 1965).

Portanto, entende-se no decorrer deste trabalho que os desenvolvimentos dos Estudos de Segurança Internacional passaram por uma série de mudanças até encontrar na Segurança Humana uma alternativa às concepções tradicionais - militarizadas - de Segurança Internacional. Nesse sentido, a Segurança Humana pretende lograr a segurança dos Estados a partir da segurança dos indivíduos que os compõem. Isso permite uma mudança significativa para os Estudos de Segurança Internacional, pois propõe que os Estados não são unidades soberanas e que suas decisões no âmbito internacional devem servir aos indivíduos que serão diretamente afetados por elas.

Além disso, a Segurança Humana propõe a necessidade dos Estados de trabalharem em conjunto os níveis nacionais e internacionais, fortalecendo relações de interdependência entre os Estados e buscando soluções conjuntas para problemas semelhantes existentes entre eles. Assim, a Segurança Humana propõe que para se garantir a segurança dos indivíduos no sistema internacional como um todo, os sujeitos devem estar livres de desigualdades sociais, políticas e econômicas. Isso, porque, ao passo que os indivíduos estiverem livres de disputas por recursos, finalmente poderão trabalhar em prol da paz internacional.

Dessa forma, entende-se com esse trabalho os esforços empregados para garantir maior visibilidade às necessidades dos indivíduos, promovida dentro dos ESI, pela Segurança Humana. Porém, é necessário empregar as devidas críticas à Segurança Humana em dois aspectos. O primeiro, pela sua falha em atender mulheres, por se basear num conceito universal de indivíduo, que remonta a homens brancos (RAGO, 2001, p.20). Por isso, ao

aplicar um discurso neutro para atuar com indivíduos do sistema internacional, necessariamente se omitem as diferenças de gênero, e não se leva em conta os impactos vividos exclusivamente por mulheres no contexto internacional. Desse modo, apenas agir incentivando o acesso aos indicadores sociais, políticos e econômicos, não se mostra suficiente para garantir o acesso a esses recursos por grupos minoritários, como as mulheres.

E em segundo lugar, porque, o discurso da Segurança Humana carrega consigo uma tentativa de homogeneizar os indivíduos e Estados do contexto internacional aos moldes liberais de Estado, mercado e liberdade, o que remonta um sistema de dominação hegemônico. Essa é uma pauta importante, porque retoma o sistema de guerras colocado por Betty Reardon, que explica a dominação de um Estado sobre o outro como necessariamente uma relação de poder e hierarquização. Os Estados mais fortes dominam os mais frágeis, o que remontaria relações patriarcais no âmbito internacional. Nesse sentido, relações de poder se preservam internacionalmente e se fazem presentes no âmbito individual, de tal forma que o rompimento de hierarquias internamente é dificultado.

Posto isso, tem-se o cenário Sul Americano como cenário de disparidades de gênero, causadas pela existência e continuidade de papéis de gênero perceptíveis a partir do sistema patriarcal. Nesse sentido, toma o aspecto regional da América do Sul como cenário para perceber disparidades de gênero a partir de indicadores econômicos, políticos e sociais. E entende-se, ainda, que existe um transbordamento das opressões de gênero para o cenário internacional, que fica perceptível por conta da recorrência destas disparidades também em Estados que apresentam aspectos econômicos e socioculturais diferentes.

Para a compreensão de questões de gênero no âmbito das Relações Internacionais, outras considerações foram estabelecidas, como por exemplo o entendimento do que se considera como Estudos de Segurança Internacional (ESI), o que se considera como Segurança Humana e também, o que se considera como gênero. Nesse sentido, ao se tratar dos ESI, entende-se como uma área das Relações Internacionais que surge nos anos 40 e busca evidenciar proposta para garantir a segurança dos Estados contra ameaças militares existentes naquele momento (BUZAN; HANSEN, 2012, p.8). Esse início dos ESI se caracteriza pelo momento de tensão experimentado no sistema internacional, por causa da Guerra Fria, momento histórico de disputas de poder no sistema internacional, pautada numa corrida armamentista entre duas potências internacionais (BOOTH E WHEELER, 2008, p.

143).

Após o período de Guerra Fria, as relações entre os Estados adquiriram um caráter de interdependência (KEOHANE; NYE, 1977, p.168), que permitiu a abertura dos ESI para novas perspectivas sobre como manter a Segurança Internacional (OLIVEIRA, 2009, p. 70) e sobre quais seriam as ameaças à sobrevivência dos Estados nessa nova era. Por isso, os ESI passam a compreender não apenas problemas externos aos Estados, mas também, internos, demandando uma atuação voltada para esses dois níveis (BUZAN; HANSEN, 2012, p.33). Por isso, a complementaridade da segurança interna e internacional nos Estados se apresenta como caminho para construção da paz internacional.

Ademais, apresenta-se a Segurança Humana como alternativa para as vertentes tradicionais dos ESI. Nesse caso, coloca-se a preocupação com o bem-estar dos indivíduos como ferramenta para se consagrar a segurança dos Estados e pretende se estabelecer a partir de vivências cotidianas dos indivíduos (TADJBAKHS; CHENOY, 2007, p.10). Afinal, quando os indivíduos vivem dignamente dentro de um Estado, livres de necessidades como a miséria, acesso à saúde, emprego e participação política e temores como guerras e limpezas étnicas, a chance de existir um conflito diminui consideravelmente (PNUD, 1994, p.24).

Outra consideração a ser feita sobre esse trabalho, é justamente sua definição de gênero, como uma palavra que representa em si, não uma dicotomia binária e biológica, mas uma relação de dominação entre homens e mulheres (SCOTT, 1986, p.2). Nesse sentido, explora-se essa dominação no campo das Relações Internacionais a partir da construção do Estado como figura masculinizada, por ter sido construída a partir de um sistema de hierarquias e de papéis sociais que sempre favoreceram um grupo de homens, brancos e heterossexuais. E coloca-se o transbordamento desse modelo de Estado para o sistema internacional, onde as relações entre esses pares acontece no marco do sistema patriarcal. Dessarte, mesmo que os Estados sejam apresentados como imparciais, reproduzem a opressão de gênero pela negligência em aumentar o leque de indivíduos aos quais serve.

Assim, mulheres seguem vivendo em um ambiente tanto interno quanto externo aos Estados, reproduz discursos e modelos deterministas no tocante a posição delas na sociedade. Dessa forma, as mulheres se encontram afastadas dos espaços públicos, e portanto, pouco contribuem com a formulação da política internacional.

Ao tomar as teorias de gênero como aparato teórico para este trabalho, visando apontar certas falhas na forma como os ESI desenvolveram-se ao longo dos anos, de certa forma retoma-se a ideia de negligência em relação aos aspectos das tensões entre gêneros. Isso, por consequência acaba disseminando um discurso de neutralidade (YOUNG, 2012, p.170) por parte dos ESI, e o favorecimento dos homens em muitos aspectos, dentre eles no que se refere ao silenciamento e aos estereótipos femininos que aloca mulheres ao campo do privado e homens ao campo do público (OKIN, 2008, p.306).

Dessa forma, para o desenvolvimento dessa pesquisa alguns dados foram pesquisados de forma qualitativa. Notadamente, para a pesquisa em si, os conteúdos e dados analisados permitem revelar que as mulheres ainda estão distantes dos homens como alvos para a os ESI. Principalmente ao se considerar a Segurança Humana, que é uma vertente pensada para o cuidado com os indivíduos (BAJPAI, 2000, p.05), entretanto não atendem mulheres da mesma forma que os homens. Isso porque, a análise de dados apresentada acima buscou coletar informações a partir de indicadores colocados pelos relatórios que criaram a Segurança Humana, como fundamentais para se garantir uma vida digna para os indivíduos. O que se percebeu é que as mulheres se encontram sistematicamente com acesso inferior as liberdades de necessidades e temores do que os homens na região da América do Sul.

Em síntese, o conteúdo apresentado permite entender que as mulheres precisam ser tomadas como sujeito de Segurança Internacional por sofrerem de forma peculiar os impactos vividos no cenário internacional. Assim, de com as por este trabalho pode servir como uma leitura reflexiva para aqueles que se interessem por assuntos de Segurança Internacional e por questões de gênero. Ademais, pode apresentar um espaço para a continuidade de pesquisas sobre gênero dentro da disciplina das Relações Internacionais e suas áreas correlatas.

REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav. Human security: East versus west. **International Journal**, v. 56, n. 3, p. 442-460, 2001.

ALKIRE, Sabina. **A conceptual framework for human security**. Oxford: Centre for Research on Inequality, Human Security and Ethnicity, University of Oxford, 2003.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. Brasiliense, 2017.

ANDERSON, Perry et al. Balanço do neoliberalismo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.

ARTAZCOZ, Lucía. Salud y género. **Documentación Social**, v. 127, p. 181-206, 2002.

AXWORTHY, Lloyd. Human security and global governance: putting people first. **Global Governance**, v. 7, n. 1, p. 19-23, 2001.

AXWORTHY, Lloyd. Human security: Safety for people in a changing world. **Department of Foreign Affairs and International Trade**, Ottawa, v. 29, 1999.

AZAR, Edward E. **The management of protracted social conflicts: theory and cases**. Dartmouth Publishing Company, 1990.

BAJPAI, Kanti P. **Human security: concept and measurement**. Notre Dame: Joan B. Kroc Institute for International Peace Studies, University of Notre Dame, 2000.

BARCINSKI, Mariana. Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Ciência & saúde coletiva**, v. 14, n. 2, 2009.

BARKER, Gary. **Violencia y Socialización Masculina: Buscando Soluciones**. Mimeo, 2001.

BOULDING, Elise. Building a culture of peace: Some priorities. **NWSA Journal**, v. 13, n. 2, p. 55-59, 2001.

BOULDING, Elise. **Cultures of peace: The hidden side of history**. Syracuse University Press, 2000.

BOYD, Monica; GRIECO, Elizabeth. Women and migration: incorporating gender into international migration theory. **Migration information source**, v. 1, p. 1-7, 2003.

BUTLER, Judith. **El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad**. Paidós

BUZAN, Barry. **People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era**. Ecpr Press, 2008.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene (Ed.). **International Security: The Cold War and Nuclear Deterrence**. Sage Publications, 2007.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. A evolução dos estudos de segurança internacional. **Tradução Flávio Lira**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2012.

CANADÁ. DEPARTMENT OF FOREIGN AFFAIRS AND INTERNATIONAL TRADE. (Org.). **Human Security: Safety for People in a Changing World**. 1999. Disponível em: <<http://www.summit-americas.org/Canada/HumanSecurity-english.html>>. Acesso em: 26 out. 2017.

Caprioli, Mary (2004). **Democracy and Human Rights versus Women's Security: A Contradiction?** Security Dialogue 35 (4), December: 411-428

CEPAL. **Femicídio**. 2015. Disponível em: <<https://www.CEPAL.org/es/infografias/femicidio>>. Acesso em: 21 out. 2017.

CEPAL. **Feminicídio**: Infografía. 2015. Disponível em: <<https://www.CEPAL.org/es/infografias/femicidio>>. Acesso em: 21 out. 2017.

CEPAL. **Tiempo Total de Trabajo**. Disponível em: <<https://oig.CEPAL.org/es/indicadores/tiempo-total-trabajo>>. Acesso em: 21 out. 2017.

CHAUÍ, Marilena. A não-violência do brasileiro, um mito interessantíssimo. **Obra de Paulo Freire; Subgrupo Secretaria Municipal de Educação de São Paulo**, 1980.

COHRE. **A Place In The World**. 2017. Disponível em: <https://issuu.com/cohre/docs/cohre_a_place_in_the_world>. Acesso em: 21 out. 2017.

COSTA, Juliana A. da; SELIS, Lara M. R.; SOARES, Samuel A. **De Afrodite à Meliade? O Feminismo nos Estudos de Segurança**. In: MATHIAS, Suzeley K. (Org). Sob o signo de Atena: Gênero na diplomacia e nas forças armadas, São Paulo: Editora Unesp, 2009.

Damian, Araceli (2002). **La pobreza de tiempo**: El caso de México, in: Seminario de Investigación del CEDDU, El Colegio de México, México, D.F.: 1-32

DEBELJUH, Patricia; MELSURADO, Belen; CARLIER, Sandra Idrovo. **First Report Global Home Index: A Comparative Studie in 20 Countries**. 2017. Disponível em: <http://www.globalhomeindex.org/informes/english/primer_informe/index.html>. Acesso em: 21 out. 2017.

DECLARAÇÃO, O.N.U. **Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. 1995.

DUNNE, Tim; WHEELER, Nicholas J. ‘We the peoples’: Contending discourses of security in human rights theory and practice. **International Relations**, v. 18, n. 1, p. 9-23, 2004.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases**: Making feminist sense of international politics. Univ of California Press, 2014.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIMES (Org.). **Global report on trafficking in Persons: Contry Profile - South America**. 2016. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glottip/Glotip16_Country_profile_South_America.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

FEDERICI, Silvia. **Revolución en punto cero: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas**. Madrid: Traficantes de sueños, 2013.

FLACSO (Guatemala). **América Latina en el camino hacia la paz sustentable: herramientas y aportes**. Disponível em: <http://www.afes-press.de/html/pdf/2015/Libro_Integrado_corto_final.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace Research. **Journal of Peace Research**, 1969; 6: 167.

GALTUNG, Johan. Cultural violence. **Journal of peace research**, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990.

GALTUNG, Johan. Peace by peaceful means: **Peace and conflict, development and civilization**. Sage, 1996.

GUTTMACHER INSTITUTE. **Abortion in Latin America and the Caribbean**. Disponível em: <<https://www.guttmacher.org/fact-sheet/abortion-latin-america-and-caribbean>>. Acesso em: 21 out. 2017.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. UFRGS Ed., 2007.

HERZ, John H. **Idealist internationalism and the security dilemma**. World politics, v. 2, n. 02, p. 157-180, 1950.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, v. 11, n. 21, 2009.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 139-156, 2002.

HOME RENAISSANCE FOUNDATION. **Global Home Index: A Comparative Study in 20 Countries**. 2016. Disponível em: <http://www.globalhomeindex.org/informes/english/primer_informe/index.html>. Acesso em: 21 out. 2017.

<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N15/081/36/PDF/N1508136.pdf?OpenElement>

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **Gender, Migration and Remittances**. 2004. Disponível em: <<https://www.iom.int/sites/default/files/about-iom/Gender-migration-remittances-infosheet.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2017.

IOM. **Gender, Migration and Remittances**. 2004. Disponível em: <<https://www.iom.int/sites/default/files/about-iom/Gender-migration-remittances-infosheet.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2017.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and interdependence**. Boston, MA, 1977.

KRISTOFFERSON, Ulf. 2000. **HIV/AIDS as a Human Security Issue: A Gender Perspective**. UN Division for the Advancement of Women, WHO, and UNAIDS for Expert Group Meeting on The HIV/AIDS Pandemic.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. Simon and Schuster, 2012.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros-João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LOPMENT PROGRAMME (Comp.). **Population with at least some secondary education, male (% ages 25 and older)**. 2016. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/indicators/24006>>. Acesso em: 21 out. 2017.

MAGLIANO, María José; DOMENECH, Eduardo E. Género, política y migración en la agenda global: Transformaciones recientes en la región Sudamericana. **Migración y desarrollo**, n. 12, p. 53-68, 2009.

MAGLIANO, María José; ROMANO, Silvina María. Migración, género y (sub) desarrollo en la agenda política internacional: una aproximación crítica desde la periferia sudamericana. **Cuadernos del CENDES**, v. 26, n. 72, 2009.

OBSERVATORIO DE IGUALDAD DE GÉNERO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Tiempo total de trabajo**. Disponível em: <<https://oig.CEPAL.org/es/indicadores/tiempo-total-trabajo>>. Acesso em: 21 out. 2017.

OECD (Org.). **Violence Against Women**. 2017. Disponível em: <<https://data.oecd.org/inequality/violence-against-women.htm>>. Acesso em: 21 out. 2017.

OECD. **Government at a Glance**. 2017. Disponível em: <Government at a Glance>. Acesso em: 21 out. 2017.

OECD. **Violence against women**. 2015. Disponível em: <<https://data.oecd.org/inequality/violence-against-women.htm>>. Acesso em: 21 out. 2017.

OKIN, Susan Moller; BIROLI, Flávia. Género, o público e o privado. **Estudos feministas**, p. 305-332, 2008.

OKIN, Susan Moller; BIROLI, Flávia. **Gênero, o público e o privado**. Estudos feministas, p. 305- 332, 2008.

OLIVEIRA, Ariana Bazzano de et al. **Segurança humana**: avanços e desafios na política internacional. 2011.

OMS. **Género**: Nota descritiva N°403. 2015. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs403/es/>>. Acesso em: 21 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Government at a Glance - 2017 edition: Share of Women Ministers.** 2017. Disponível em: <<http://stats.oecd.org//Index.aspx?QueryId=79620#>>. Acesso em: 21 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Government at a Glance - 2017 edition: Share of Women in Supreme Courts.** 2017. Disponível em: <<http://stats.oecd.org//Index.aspx?QueryId=79620#>>. Acesso em: 21 out. 2017.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. **Políticas de Formalización del Trabajo Doméstico Remunerado en América Latina y el Caribe.** 2016. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_480352.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. **Políticas de formalización del trabajo doméstico remunerado en América Latina y en el Caribe.** 2016. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_480352.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

OSWALD SPRING, Úrsula. et al. (Ed.). **Handbook on Sustainability Transition and Sustainable Peace.** Springer, 2016

OSWALD SPRING, Úrsula. **Gender and disasters: human, gender and environmental security.** UNU-EHS, 2008.

PARIS, Roland. **Human security: Paradigm shift or hot air?** International security, v. 26, n. 2, p.87-102, 2001.

PARIS, Roland. **International peacebuilding and the ‘mission civilisatrice’.** Review of international studies, v. 28, n. 04, p. 637-656, 2002.

PARIS, Roland. **International peacebuilding and the ‘mission civilisatrice’.** Review of international studies, v. 28, n. 4, p. 637-656, 2002.

PARIS, Roland. **International peacebuilding and the ‘mission civilisatrice’.** Review of international studies, v. 28, n. 4, p. 637-656, 2002.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual: O fim da História?.** Ex aequo, v. 7, 2003.

PERES, Maria Fernanda Tourinho; DOS SANTOS, Patrícia Carla. Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 1, p. 58-66, 2005.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. Boitempo Editorial, 2015.

REARDON, Betty A. **Women and Peace: Feminist Visions of Global Security**; Nova Iorque; Editora: Suny Press, 1993

REARDON, Betty. **Sexism and the war system**. Syracuse University Press, 1996.

REARDON, Betty. **Sexism and the war system**. Syracuse University Press, 1996.

Richmond O.P. (2005) **Towards the Liberal Peace**. In: The Transformation of Peace.

ROGERS, Paul e RAMSBOTHAM, Oliver. Then and Now: Peace Research – **Past and Future**. Political Studies (1999), XLVII. University of Bradford. p.745

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. **Rio de janeiro: Record**, v. 174, p. 25, 2000.

SARAIVA, José Flávio Sombra (Ed.). **Relações internacionais: dois séculos de história**. Entre a ordem bipolar e o policentrismo (De 1947 a nossos dias). Ibrí, 2001.

SATO, Eiiti. **A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 43, n. 1, p. 138-169, 2000.

SCOTT, Joan W. **Gender: A useful category of historical analysis**. The American historical review, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986.

SCOTT, Joan. **Gênero, uma categoria útil de análise histórica**. (1995). Educação e realidade, 2009.

SEIFERT, Ruth; SHAW, Martin. **War and rape: A preliminary analysis**. 1994.

Serrano Oswald, Serena Erendira, Oswald Spring, Úrsula y De la Rúa Eugenio, Diana.

SJOBERG, Laura (Ed.). **Gender and international security: feminist perspectives**. Routledge, 2009.

SJOBERG, Laura. **Seeing Gender in International Security**. 2012. Disponível em: <<http://www.e-ir.info/2012/06/05/seeing-gender-in-international-security/>>. Acesso em: 21 out. 2017.

SORJ, Bernardo. **Segurança**, segurança humana e América Latina. SUR–Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 2, p. 41-59, 2005.

TADJBAKHSI, Shahrbanou; CHENOY, Anuradha. **Human security: Concepts and implications**. Routledge, 2007.

THE CENTRE ON HOUSING RIGHTS AND EVICTIONS (COHRE) (Org.). **A Place in The World: The Right to Adequate Housing as an Essential Element of a Life Free from domestic Violence**. 2017. Disponível em: <https://issuu.com/cohre/docs/cohre_a_place_in_the_world>. Acesso em: 21 out. 2017.

THE WORLD BANK (Org.). **Gender Statistics: Gender Indicators Report**. 2017. Disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?Code=SH.STA.MMRT&id=2ddc971b&report_name=Gender_Indicators_Report&populartype=series>. Acesso em: 21 out. 2017.

TICKNER, J. Ann. **Gender in international relations: Feminist perspectives on achieving global security**. Columbia University Press, 1992.

TICKNER, J. **You just don't understand: troubled engagements between feminists and IR theorists**. International Studies Quarterly, v. 41, n. 4, p. 611-632, 1997.

UL HAQ, Mahbub. **Reflections on human development**. Oxford University Press, 1995.

UNDP. **Human Development Reports**. 2016. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/indicators/24006>, <http://hdr.undp.org/en/indicators/48806>>. Acesso em: 21 out. 2017.

UNITED NATIONS. DEVELOPMENT PROGRAMME. **The Human Development Report**. Human Development Report on Human Security, 1994.

UNITED NATIONS. **United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines**. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/capstone_eng.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

UNITED, Nations; UNITED, Nations. **United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines**. United Nations, Department of peacekeeping operations, 2008.

UNODC. **Country Profile:** South America. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/Glotip16_Country_profile_South_America.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

US. USAID. . **Demand for family planning satisfied by modern methods.** 2015. Disponível em: <<https://www.statcompiler.com/en/>>. Acesso em: 21 out. 2017.

VAN DEN BOOMEN, Joseph. **Algunos aspectos de la actividad económica de la mujer en la América Latina.** 1963.

VARIKAS, Eleni. O pessoal é político: desventuras de uma promessa subversiva. **TEMPO-Revista do Departamento de História da UFF**, v. 2, n. 3, 1997.

VIGEVANI, Tullo; CORREA, Priscila Rodrigues; CINTRA, Rodrigo. **Globalização e Segurança Internacional: a posição do Brasil.** Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1999.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **História do século XX.** Novo Século, 2000.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **O Sistema de Yalta como condicionante da política internacional do Brasil e dos países do Terceiro Mundo.** Revista Brasileira de Política Internacional, v. 40, n. 1, p. 5-17, 1997.

WALTZ, Kenneth N. **O homem, o Estado e a guerra.** Martins Fontes, 2004.

WILLIAMS, Paul D. **Security studies: an introduction.** Routledge, 2008. Uncertainty, BOOTH, K and WHEELER, J, p. 133- 146.

WORLD BANK. **Gender Indicator Report.** 2017. Disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?Code=SL.TLF.SECO.FE.ZS&id=2ddc971b&report_name=Gender_Indicators_Report&populartype=series#>. Acesso em: 21 out. 2017.

WORLD ECONOMIC FORUM (Org.). **The Global Gender Gap Index.** 2015. Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2015/the-global-gender-gap-index-2015/>>. Acesso em: 21 out. 2017.

World Economic Forum. **The Global Gender Gap Index.** 2015. Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2015/the-global-gender-gap-index-2015/>>. Acesso em: 21 out. 2017.

YOUNG, Iris Marion. O ideal da imparcialidade e o público cívico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 9, p. 169, 2012.

YOUNG, Iris Marion. **O ideal da imparcialidade e o público cívico**. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 9, p. 169, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINOAMERICANA
INSTITUTO LATINOAMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA

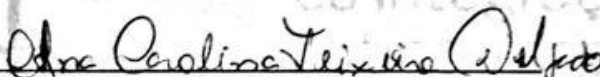
ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

Aluno(a) GABRIELA ROSIN SARTORI
Data da Defesa 04/12/2017
Título do Trabalho PERSPECTIVAS DE GÊNERO PARA A SEGURANÇA
HUMANA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE MULHERES SUL-AMERICANAS

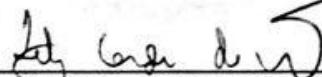
Nesta data, reuniu-se a banca examinadora para avaliação do trabalho apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais e Integração de GABRIELA ROSIN SARTORI. Após a exposição oral, houve a arguição pelos componentes da banca que, em seguida, reuniram-se reservadamente e decidiram Aprovar, com a nota 8,0. Aprovada por todos os presentes, segue assinada a presente ata pelos membros da banca examinadora.



Prof. Dr. Ramon Blanco de Freitas
Orientador(a)



Prof. Dra. Ana Carolina Teixeira Delgado



Prof. Me. Felipe Cordeiro Almeida